

Reunião de Seguimento à 1ª Conferência Latino-Americana sobre Pesquisa e Inovação para a Saúde: Informe Final

De 15 a 16 de novembro de 2009.
Havana, Cuba



**Organização
Pan-Americana
da Saúde**
*Escritório Regional da
Organização Mundial da Saúde*

Council on Health Research
for Development (COHRED)
Making health research work... for everyone



Instituições organizadoras:

Conselho de Pesquisa em Saúde para o Desenvolvimento (COHRED)
Fórum Mundial de Pesquisa em Saúde (Fórum Mundial)
Ministério de Saúde Pública de Cuba
Organização Pan-Americana da Saúde (OPS)

Palavras-chave

Sistemas nacionais de pesquisa em saúde, pesquisa e inovação para a saúde, recursos humanos para a pesquisa, financiamento da pesquisa em saúde, transferência e tradução do conhecimento, América Latina.

ISBN 978-92-75-73103-1

Copyright e uso racional

Temos a satisfação de colocar a sua disposição este informe gratuito sob Licença Creative Commons de Reconhecimento 3.0 (condições disponíveis no portal: <http://creativecommons.org/licenses/by-ncnd/3.0/>)

Você está livre para compartilhar, copiar, distribuir e transmitir esta obra sob as seguintes condições:

- Deve se referir à obra na forma especificada pelo autor ou quem concede a licença
- Não deve usar a obra com fins comerciais
- Não deve alterar, transformar ou desenvolver com base nesta obra.
- Para qualquer utilização ou distribuição, deve deixar claro aos outros sobre as condições e termos de licença desta obra através do seguinte link: <http://creativecommons.org/licenses/by-ncnd/3.0/>
- Quaisquer das condições estipuladas acima podem ser modificadas se for obtida permissão do titular do copyright.
- Esta licença não afeta nem restringe de maneira alguma os direitos morais do autor.

Este informe pode ser acessado em formato eletrônico em www.paho.org/Researchportal e www.cohred.org

Reconhecimentos

O apoio financeiro para a reunião foi proporcionado pelo Conselho de Pesquisa em Saúde para o Desenvolvimento (COHRED), o Fórum Mundial de Pesquisa em Saúde (Fórum Mundial), o Instituto Carlos Slim da Saúde, a Organização Pan-Americana da Saúde (OPS) e o Wellcome Trust.

Um agradecimento especial para todos os participantes, relatores e palestrantes da conferência, por suas contribuições e entusiasmada participação.

Este relatório da Reunião de Seguimento à 1ª Conferência Latino-Americana sobre Pesquisa e Inovação para a Saúde foi elaborado por Héctor Gómez Dantés, relator da reunião, sob a direção do Comitê Executivo da Conferência, formado por COHRED, Fórum Mundial, Ministério de Saúde Pública de Cuba e OPS.

Esta publicação foi em parte financiada por fundos aportados à Organização Pan-Americana da Saúde pela Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento – AECID.

Conteúdo

LISTA DE ABREVIACÕES	v
PRINCIPAIS MENSAGENS DA REUNIÃO	vii
SUMÁRIO EXECUTIVO	ix
INTRODUÇÃO	1
OBJETIVO DA REUNIÃO	4
TEMAS E FORMATO DA REUNIÃO	4
APRESENTAÇÕES E DEBATES	5
1 Conferências de abertura da reunião	5
1.1 Discurso de boas-vindas.....	5
1.2 Objetivos e processos da reunião	5
1.3 Processo e resultados da “1ª Conferência Latino-Americana sobre Pesquisa e Inovação para a Saúde	6
1.4 Análise do desenvolvimento dos SNPS na região: uma revisão de 14 países	8
2 Avanços nos SNPS da região	10
2.1 Avanços alcançados nos SNPS da América Latino desde a 1ª Conferência Latino-Americana sobre Pesquisa e Inovação para a Saúde: resultados de uma pesquisa eletrônica	10
2.2 Costa Rica: estudo de caso	11
2.3 Paraguai: estudo de caso	12
2.4 Política de Pesquisa para a Saúde: Informe de Progresso desde a 1ª Conferência Latino-Americana sobre Pesquisa e Inovação para a Saúde	14
3 Desafios para o desenvolvimento de SNPS em nível de país e de região	15
3.1 Health Research Web	15
3.2 Brasil: estudo de caso	15
4 World Café.....	17
4.1 Fortalecimento dos SNPS da região.....	18
4.2 Recursos humanos para a pesquisa em saúde	19
4.3 Financiamento em Pesquisa em Saúde	20
4.4 Transferência e tradução do conhecimento	21
CONCLUSÕES	23
REFERÊNCIAS	25
ANEXO 1 PROGRAMA DE REUNIÃO	27
ANEXO 2 LISTA DE PARTICIPANTES	29

Lista de abreviações

CONACYT	Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia
COHRED	Conselho de Pesquisa em Saúde para o Desenvolvimento (COHRED)
HRWeb	Health Research Web
ISI	International Science Index
LILACS	Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde
MINSA	Ministério da Saúde
ONG	Organização não-governamental
OPS	Organização Pan-Americana da Saúde (OPS)
OMS	Organização Mundial da Saúde
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RH	Recursos Humanos
SciELO	Scientific Electronic Library Online
SNPS	Sistema Nacional de Pesquisa em Saúde
UNESCO	United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization

Principais mensagens da reunião

- O desenvolvimento dos SNPS deve ser entendido como um processo gradual e complexo que envolve a participação efetiva de todos os setores e atores sociais, exigindo um ambiente de confiança. O papel de liderança do Estado é uma atividade indispensável e que deve ser assumida pelos ministérios de saúde e pelos conselhos de ciência e tecnologia, respaldados por um marco legal que defina funções, responsabilidades e mecanismos de trabalho entre os diferentes atores para fortalecer a governança e presidência do ministério da saúde em matéria de pesquisa.
- A formulação de uma política de pesquisa em saúde deve ser um processo participativo e consensual entre todos os participantes da sociedade civil, da academia, da indústria e dos setores educativos e de inovação tecnológica.
- A construção da agenda de pesquisa deve identificar a todos os interlocutores legítimos da comunidade científica, tecnológica, industrial, civil e organizada; fortalecer as instâncias de articulação e coordenação dos diferentes setores para o impulso de uma agenda comum; garantir a transparência nos processos de seleção de prioridades e na alocação de fundos.
- Longe de se conceitualizar como um processo independente, a formação de recursos humanos para a pesquisa deve estar em consonância com um plano nacional de capacitação que responda às necessidades específicas identificadas pela academia, pelos ministérios e sociedade civil. O mapeamento de atores, capacidade instalada, recursos, projetos e produtos da pesquisa é um requisito que deverá ser enriquecido com a atualização dos resultados.
- Todos os países devem contar com um mecanismo de alocação de fundos que defina quando se aloca, a quem se aloca, como se aloca e o que se espera de tal financiamento. Um registro nacional de pesquisas constitui uma estratégia eficaz para combater a duplicidade e a dispersão de fundos, articulando todos os atores com os ministérios da saúde, ciência e tecnologia.
- A tradução do conhecimento para sua utilização por parte dos tomadores de decisão, dos responsáveis pela elaboração de políticas, dos encarregados dos programas de saúde e do público em geral se torna uma tarefa complexa, mas indispensável, e deve ser incorporada a um plano nacional de difusão de resultados de pesquisa.
- O uso da tecnologia de comunicação é um componente essencial e deve fazer parte das ferramentas mais utilizadas para dar a conhecer os benefícios diretos e indiretos da pesquisa em saúde.

Sumário executivo

O panorama dos Sistemas Nacionais de Saúde (SNPS) na região da América Latina, em termos de nível de desenvolvimento, é muito diverso, mas ao mesmo tempo animador. O renovado interesse dos governos em relação à saúde como motor para o desenvolvimento sócio-econômico, a confluência de recursos financeiros, e o apoio de diversas instituições internacionais com advocacia e poder de convocatória para fortalecer os SNPS na região catalisaram a necessidade de desenvolver um sistema nacional de pesquisa em saúde onde ele não existe, ou de fortalecer as estruturas dentro dos países onde já existem.

Neste contexto, e com a finalidade de dar seguimento aos compromissos surgidos durante a 1ª Conferência Latino-Americana sobre Pesquisa e Inovação para a Saúde celebrada no Rio de Janeiro em 2008, um grupo de pesquisadores, acadêmicos, funcionários dos ministérios de saúde e representantes dos setores tecnológicos, e organismos internacionais se reuniram em novembro de 2009 em Havana, Cuba, para dar conta dos avanços alcançados no fortalecimento dos Sistemas Nacionais de Pesquisa em Saúde (SNPS) da região.

A reunião focou no debate de quatro temas-chave para o desenvolvimento de SNPS: Fortalecimento de SNPS na região, recursos humanos para a pesquisa, financiamento em pesquisa em saúde, e transferência e tradução do conhecimento.

- *Fortalecimento de SNPS na região:* O contexto atual, a favor do estabelecimento e fortalecimento dos SNPS, não pode prosperar sem a participação direta e decisiva dos governos nacionais e a projeção dos ministérios de saúde, com um papel claro e definido na governança e presidência dos SNPS. Fica claro que deve haver um fortalecimento de todas as apóiem. e instâncias envolvidas com a ciência e a tecnologia, e o papel do ministério de saúde como um elemento central é indiscutível. O acesso a uma política nacional de pesquisa para a saúde proporcionaria aos ministérios de saúde as bases para desenvolver os marcos regulatórios e normativos que dêem suporte a essa governança e presidência.

- *Recursos humanos para a pesquisa:* Diante da ausência de um modelo único de implementação, foram compartilhadas experiência e se propuseram estratégias para fortalecer as iniciativas dos SNPS, respeitando a cultura (política, institucional, etc.) de cada país e concentrando os esforços na capacitação de recursos humanos para a pesquisa em saúde desde o nível de licenciatura, propondo esquemas de capacitação e formação tanto de competências transversais como específicas ao campo do conhecimento do pesquisador, vinculando a tese de mestrado e doutorado aos projetos de pesquisa e prioridades nacionais. Os programas de monitoramento e desenvolvimento de recursos humanos em saúde precisariam abarcar capacitação em pesquisa.

- *Financiamento em pesquisa em saúde:* Um elemento central é que o financiamento deve estar estreitamente vinculado às prioridades nacionais e o mais distante possível dos interesses particulares de grupos de pesquisa que, em geral, distorcem as necessidades de pesquisa. A agenda de pesquisa com prioridades definidas deve ser um passo essencial no alinhamento de projetos e fontes de financiamento. Um elemento adicional é que é muito importante desvincular a pesquisa em saúde da dependência orçamentária anual. A relevância dada pelos diferentes governos à pesquisa em saúde é facilmente traduzível no orçamento público designado se existem política e marco legal que a apóiem. É necessário estabelecer esquemas e mecanismos de financiamento transparentes e com prestação de contas, dada a afluência e diversidade de fontes de financiamento. Para isso, é indispensável contar com um registro nacional de pesquisas, onde se pode conhecer projetos, recursos e resultados de pesquisas financiadas com recursos públicos e privados.

- *Transferência e tradução do conhecimento:* Existe uma enorme necessidade de se fazer conhecer os resultados da pesquisa fora dos círculos científicos e de fortalecer os potenciais usuários dos resultados da pesquisa. A utilização dos resultados está condicionada de várias formas à correta tradução das evidências, a sua pertinência quanto às prioridades

de pesquisa e à oportunidade com a qual se expressa o conhecimento. A reunião em Havana permitiu confirmar que os países mostram um interesse maior no tema. Os países vivem um processo de globalização da informação científica em saúde, do qual não podemos nos manter alheios, nem em sua geração nem em sua utilização. Compartilhar a informação é essencial para conhecer o impacto das legislações, dos convênios e mandatos em cada país. Para isso, é necessário o alinhamento e a sistematização da informação (recursos disponível a nível humano, material e financeiro), estabelecer mecanismos solidários de

colaboração, compartilhar plataformas tecnológicas que permitam a difusão de avanços e a capacitação à distância. A aparição da Health Research Web (HRWeb) é uma mostra do uso ideal da tecnologia de fronteira como uma ferramenta para fortalecer a rede dos SNPS na região.

A reunião de Havana despertou a confiança dos participantes de que, pouco a pouco, vai se integrando uma rede de SNPS bem consolidada, solidária e fortalecida com a experiência de todos.

Introdução

As grandes disparidades sócio-econômicas em renda, acesso a serviços e oportunidades têm sido uma característica do desenvolvimento Latino-Americano das últimas décadas. Isso tem gerado diversos significados da cidadania entre o mais rico e o mais pobre; minou o poder das instituições e gerou instabilidade política. Apesar disso, a situação da saúde e sistemas nacionais de saúde na América Latina está melhorando. Um dos motores da mudança tem sido o impacto da pesquisa e o desenvolvimento de sistemas nacionais de pesquisa em saúde (SNPS) nos países.

Nas últimas décadas, a pesquisa em saúde na América Latina e no Caribe se viu limitada pela falta de financiamento e por sua exclusão como elemento central para guiar os processos de reforma dos sistemas de saúde da região. Quanto ao financiamento, são pouquíssimos os países que conseguem investir 1% do PIB nacional em pesquisa em saúde, sendo a média regional de 0,54, enquanto Peru e Equador mal chegam a 0,10%. A pesquisa em saúde se concentra em alguns poucos países Latino-Americanos (Argentina, Brasil, Chile e México), que correspondem a 90% da produção científica a nível regional (2% da produção mundial) em pesquisa. Cabe destacar que esses países constituem as economias mais sólidas da região. No entanto, durante a última década foram realizados importantes esforços para melhorar a situação da pesquisa em saúde através do desenvolvimento de sistemas nacionais de investigação em saúde. Tais esforços estão orientados à busca de soluções para alcançar as metas de desenvolvimento do milênio, e mais precisamente para a melhoria da prestação de serviços aos mais pobres e redução dos abismos em saúde entre os pobres e ricos. O consenso cada vez mais afirma que a pesquisa em saúde também pode guiar o desenvolvimento dos países no terreno social e econômico¹.

Argentina, Brasil, Costa Rica, Chile e México contam com os sistemas de pesquisa em saúde mais desenvolvidos da região. O marco político no qual tais sistemas são desenvolvidos gira em torno à política de pesquisa, desde o ministério da saúde, a existência de fundos e recursos especiais para a pesquisa, uma agenda de prioridades de pesquisa bem definida nas necessidades locais, e o estabelecimento de sólidas alianças com os setores tecnológicos e científicos do país¹.

Embora ao nível mundial exista um incremento do investimento em ciência e tecnologia, os recursos financeiros em pesquisa continuam sendo insuficientes. Em 1999, o Fórum Mundial de Pesquisa em Saúde analisou o gasto em pesquisa em saúde e adotou o termo “brecha 10/90” para resumir o desequilíbrio nos recursos dedicados à pesquisa em saúde entre os países mais pobres e ricos, e do qual se estabelece que a menor proporção dos recursos está destinada a pesquisar os problemas de saúde dos mais pobres. Um dos grandes desafios é a falta de influência sobre a agenda de pesquisa, sendo as agências internacionais as que determinam os temas de pesquisa².

A pesquisa deve ser adaptada às necessidades de cada população. Por conseguinte, para os países em vias de desenvolvimento, uma agenda de pesquisa atualizada deve olhar além dos problemas fundamentais de cura e prevenção da doença, e focar seu interesse em outras dimensões importantes, como são os determinantes da saúde (igualdade sócio-econômica, igualdade étnica e de gênero, direitos humanos fundamentais, fatores de meio ambiente). A agenda deve abordar problemas de saúde passados e atuais, assim como as ameaças esperadas no futuro, e deixar espaço para o crescimento da ciência básica e a pesquisa imediata de problemas emergentes.

Para que a pesquisa prospere em qualquer contexto, é necessário investir nas instituições e nos recursos humanos necessários para sustentá-la a longo prazo. Entretanto, na maioria dos países em vias de desenvolvimento, as fontes de financiamento estável estão ausentes ou são insuficientes. Nas últimas décadas, alguns países na América Latina estiveram estruturando estratégias financeiras mais estáveis para apoiar a pesquisa. Por exemplo, um estudo da National Science Foundation divulgou que o número de artigos científicos de autores Latino-Americanos publicados nas revistas de maior impacto científico quase triplicaram entre 1988 e 2001. O crescimento se concentrou em alguns países (Argentina, Brasil, Chile e México) e foi maior que o de países emergentes em outras regiões. O informe também descobriu que quase a metade dos artigos focava nas ciências da vida, particularmente saúde, enquanto a pesquisa em engenharia e ciências relacionadas era mais comum em outras regiões em desenvolvimento².

Como foi possível esse aumento na pesquisa? Apesar da escassez de recursos e da pressão de outras necessidades, na América Latina a maior parte do financiamento veio do orçamento público nacional. Esta é uma mostra da importância crescente da pesquisa em saúde dentro da agenda política de vários países. Além disso, várias agências financiadoras geraram estratégias para fomentar a pesquisa em saúde, incluindo a consolidação de universidades e de centros de pesquisa e o treinamento de pessoal dedicado à pesquisa. Para aumentar os fundos disponíveis para pesquisa em saúde, também se propuseram impostos à indústria que são responsáveis por aumentar a incidência de doenças e mortes (tabaco, álcool e automóveis).

Finalmente, foi aprovada uma política regional sobre a pesquisa para saúde proposta pela Organização Pan-Americana da Saúde (OPS) – que é o escritório regional para as Américas da Organização Mundial da Saúde (OMS). Depois de vários anos numa posição tangencial com relação à pesquisa, esta organização conseguiu a aprovação dos ministérios de saúde da região para ter um papel maior no apoio e coordenação da pesquisa em saúde na América Latina. Os objetivos desta política são: Promover a pesquisa, fortalecer a governança, melhorar a competência dos recursos humanos dedicados à pesquisa, intensificar as repercussões da pesquisa, fomentar práticas e padrões, e encorajar a difusão e utilização de resultados de pesquisa³.

A experiência na América Latina demonstrou que a vontade política e os investimentos locais são vitais para o crescimento sustentável na pesquisa para a saúde. Mas o esforço de desenvolver sistemas nacionais de pesquisa em saúde é o passo maior em direção à tradução dos problemas e necessidades em saúde em perguntas de pesquisas. O desafio é demonstrar que o investimento em pesquisa em países em vias de desenvolvimento é fundamental para melhorar a saúde da população através de intervenções que tenham bom custo-benefício e sejam sustentáveis.

A 1ª Conferência Latino-Americana sobre Pesquisa e Inovação para a Saúde 4 (Conferência do Rio) buscou respostas práticas diante de um desafio comum na

região: como fazer com que a pesquisa atenda às prioridades de saúde dos países e contribua para o desenvolvimento igualitário na América Latina. Para isso, se insistiu na criação, desenvolvimento e fortalecimento de sistemas nacionais de pesquisa para saúde (SNPS) e na cooperação regional como forma de aproveitar recursos existentes e reduzir assimetrias. O encontro ocorreu no Rio de Janeiro, Brasil, de 15 a 18 de abril de 2008, e congregou 120 atores estratégicos: Funcionários das áreas de saúde, ciência e tecnologia dos países da região; representantes de agências para o desenvolvimento e a cooperação técnica; redes e organizações de pesquisa nacionais, regionais e mundiais; e funcionários técnicos da OPS e da OMS. O Ministério da Saúde do Brasil foi o anfitrião do encontro e o primeiro a patrociná-lo. Para a organização, se aliaram a Comissão Coordenadora de Institutos Nacionais de Saúde e Hospitais de Alta Especialidade do México, o Conselho de Pesquisa em Saúde para o Desenvolvimento (COHRED), a Federação Rede NicaSalud, o Fórum Mundial para a Pesquisa em Saúde (Fórum Mundial), o Ministério da Saúde do Brasil, e a Organização Pan-Americana da Saúde (OPS).

A Conferência foi financiada pela COHRED, Fórum Mundial, Ministério da Saúde do Brasil, OPS, Programa Especial de Pesquisa e Capacitação em Doenças Tropicais radicado na OMS, e Wellcome Trust (fundo fiduciário britânico).

A Conferência produziu 14 informes sobre SNPS de distintos países, que portaram a primeira referência deste tipo na região; vários contatos de trabalho entre países, redes, agências internacionais e financiadores; informação sobre novos programas, bolsas e fontes de financiamento; um acordo preliminar para a cooperação sub-regional na América Central; e o compromisso de realizar uma segunda conferência, para avaliar avanços.

A Conferência foi articulada ao redor de quatro temas centrais e uma preocupação transversal a todos eles: a colaboração regional e com pesquisadores e fontes de financiamento dos países desenvolvidos. Os temas foram:

- Sistemas nacionais de pesquisa para a saúde, incluindo estratégias para reforçá-los; processos para o estabelecimento de prioridades de pesquisa; desenvolvimento de políticas de pesquisa; gestão dos sistemas; marcos de referência bioética e articulação com outros sistemas de ciência e tecnologia.
- Financiamento da pesquisa para a saúde, com ênfase na identificação de estratégias inovadoras para o financiamento de sistemas e prioridades nacionais, que incluam e articulem os setores público e privado.
- Inovação, desenvolvimento de produtos e acesso. Foram examinadas as interações entre a pesquisa para a saúde e o setor produtivo. Foi analisado como reorientar os sistemas de inovação em direção a prioridades nacionais e como melhorar o uso dos resultados da pesquisa, com ênfase na igualdade.
- Recursos humanos para a pesquisa em saúde. Foi debatido como fomentar as capacidades individuais, institucionais e sistêmicas, e como avaliar o resultado dessas ações

Os debates dos participantes nesses quatro grupos de trabalho produziram uma série de definições e recomendações sobre os temas centrais da conferência, que servem de insumo para desenhar políticas nacionais de pesquisa em saúde e para definir estratégias de desenvolvimento e fortalecimento dos SNPS.

No mês de novembro de 2009 foi celebrada, na cidade de Havana, Cuba, a Reunião de seguimento à 1ª Conferência Latino-Americana sobre Pesquisa e Inovação para a Saúde (Reunião de Cuba). A reunião foi calorosamente acolhida pelo governo cubano, anfitrião, e patrocinada pela COHRED, Fórum Mundial e OPS.

A Reunião de Cuba foi um exercício de reflexão sobre as mensagens-chave da Conferência do Rio, incluindo:

- O fortalecimento e a administração dos SNPS, além da cooperação regional, são vitais para enfrentar os desafios de saúde num contexto de desigualdade,

atraso no cumprimento dos objetivos de desenvolvimento do Milênio, desafios epidemiológicos, crises alimentares e significativas mudanças demográficas que prejudicam os países mais pobres.

- A administração e o gerenciamento dos SNPS são responsabilidade do Estado e devem prosseguir ativamente através dos ministérios de saúde, com o apoio de outros atores estatais e da sociedade civil.
- Para que os SNPS sejam possíveis, é necessária uma estratégia de desenvolvimento e formação de recursos humanos coordenada.
- Em relação ao financiamento, é essencial que exista coerência entre as prioridades dos países e a alocação de recursos para se realizar esta pesquisa, e que se busquem estratégias inovadoras para gerar fundos, como encargos sobre produtos industriais que afetam a carga de doenças e morte.
- É igualmente importante conhecer e avaliar como alocar e utilizar esses recursos; se exige um registro público dos fundos para todas as atividades de pesquisa.
- A cooperação dentro da América Latina é crucial para apoiar os SNPS, corrigir as assimetrias e conciliar os interesses de propriedade intelectual com os de saúde pública. Por isso, capacidades, recursos, acordos e redes existentes devem ser avaliados para se tirar vantagem deles de forma eficiente e eficaz, e para se criar estratégias e planos baseados em interesses comuns e complementários.

O evento foi concebido como um evento satélite do Fórum Mundial para a Pesquisa em Saúde 2009, o que permitiu concentrar um grupo notável de responsáveis nacionais pelos sistemas de pesquisa, pesquisadores, docentes e funcionários dos ministérios de saúde para contribuir com suas experiências a debater e construir melhores cenários de apoio ao desenvolvimento da pesquisa nos países da região.

Objetivos da reunião

Objetivo geral

Fortalecer os sistemas nacionais de pesquisa de saúde na América Latina.

Objetivos específicos

- Revisar os objetivos, estrutura, principais conclusões e mensagens-chave da Conferência do Rio.
- Proporcionar informação atualizada sobre os desenvolvimentos de sistema de pesquisa em saúde na região da América Latina desde a Conferência do Rio e compartilhar e analisar informação sobre os SNPS dos países da região.
- Revisar os principais desafios e facilitar o debate ao redor desses desafios para explorar formas de abordá-los.
- Proporcionar oportunidades para a formação de redes de trabalho.

Resultados esperados

- *Intercâmbio de informação*: Um grupo mais amplo de atores-chave da América Latina está informado sobre o processo do Rio e pode contribuir com o debate sobre os principais desafios e oportunidades para fortalecimento dos SNPS na região.
- *Responsabilidade*: Seguimento das atividades surgidas desde a Conferência do Rio.
- *Informe*: Informe da reunião de Cuba, incluindo um exame dos progressos realizados desde a Conferência do Rio.
- *Redes de trabalho*: Utilização da reunião para debater sobre os problemas atuais relacionados ao fortalecimento de SNPS entre colegas da região, criação de coalizões e redes informais.

Temas e formato da reunião

Temas da reunião

Os temas da Conferência são os mesmos abordados na Conferência do Rio e incluem:

- Sistemas nacionais de pesquisa em saúde.
- Financiamento da pesquisa para a saúde.
- Recursos humanos para a pesquisa em saúde.
- Inovação, desenvolvimento de produtos e acesso à informação.

Formato e participantes

O formato da reunião se sustentou na dinâmica interativa de grupos de trabalho, mesas redondas e outras modalidades que fomentaram a participação, além da apresentação de sessões plenárias complementares. A reunião foi realizada em espanhol, com tradução simultânea para inglês. A reunião recebeu de 65 a 70 participantes, convidando profissionais com um interesse especial em pesquisa em saúde e no desenvolvimento de SNPS na América Latina. Fizeram parte da reunião altos funcionários de ministérios de saúde, ministérios de ciência e tecnologia, e outros ministérios implicados substancialmente em pesquisa para a saúde; altos funcionários de institutos de pesquisa, organizações da sociedade civil – incluindo associações profissionais e conselhos de investigação, organismos de financiamento, organismos de desenvolvimento, de pesquisa e redes de pesquisa.

Apresentações e debates

1. Conferências de abertura da reunião

1.1. *Discurso de boas-vindas*

Dra. Niviola Cabrera Cruz, Ministério de Saúde Pública, Havana, Cuba

Dr. Reinaldo Guimarães, Ministério da Saúde, Brasília, Brasil

Prof. Carel IJsselmuiden, COHRED, Genebra, Suíça

Prof. Stephen Matlin, Fórum Mundial para Pesquisa em Saúde, Genebra, Suíça

Dr. Luis Gabriel Cuervo OPS/OMS, Washington D.C.

A Dra. Niviola Cabrera Cruz abriu a sessão inaugural dando as boas-vindas aos participantes em nome do Ministério de Saúde Pública de Cuba, agradecendo a distinção de terem sido selecionados para celebrar esta reunião, pois a vê como uma oportunidade para se atualizar, estabelecer redes e aprender com a experiência de outros países irmãos na região e continuar os trabalhos iniciados durante a Conferência do Rio. Em Cuba, a pesquisa é um motor para melhorar a saúde, mas para isso é indispensável que todos os setores e disciplinas participem. Fica clara a importância da pesquisa para a saúde para alcançar o bem-estar da população. A Dra. Cabrera Cruz assegurou que esta reunião facilitará intercâmbios construtivos e fomentará a criação de redes como um eixo valioso e importante para alcançar a saúde da população.

O Dr. Reinaldo Guimarães, representante do Brasil, agradeceu ao país anfitrião e em especial à Dra. Niviola Cabrera Cruz pela calorosa recepção. A Conferência do Rio proporcionou um contexto para avançar na consolidação dos SNPS e enfatizou a importância de que esse empurrão inicial não se perca. Destacou que foram conquistados importantes avanços, sobretudo na cooperação Sul-Sul. Enfatizou que um campo de desenvolvimento é a pesquisa em saúde e que não se trata de realizar grandes descobertas, já que o primeiro objetivo é usar a pesquisa para proporcionar melhor acesso à saúde, e colocou como exemplo o acesso aos medicamentos, área em que o Brasil tem forte compromisso.

O Prof. Carel IJsselmuiden destacou de forma inicial o papel de Cuba na saúde mundial ao proporcionar assistência médica e ser uma fonte de inspiração a pessoas em todo o mundo. Ofereceu as boas-vindas a

todos os parceiros: OPS, Wellcome Trust, Instituto Carlos Slim de Saúde, Fórum Mundial e muito especialmente ao governo e Ministério de Saúde Pública de Cuba. Enfatizou que a reunião é para atualização sobre os avanços conquistados desde a Conferência do Rio e que não deve ser tomada como uma avaliação, pois cada país avança a seu próprio ritmo. O COHRED é uma instância de apoio e gestão cada vez mais envolvida na região e o objetivo desta reunião de seguimento é buscar resultados práticos que possam beneficiar os países e seus SNPS.

O Dr. Luis Gabriel Cuervo, representando a OPS, iniciou com o reconhecimento a todos aqueles que ajudaram a levar a cabo esta reunião. A pesquisa é extremamente importante para a saúde das pessoas e, apesar da crise financeira mundial, destacou que devemos encontrar enfoques criativos para continuar com o apoio à pesquisa. Esta reunião deve canalizar esses esforços apoiados pela OPS e agências participantes.

O Prof. Stephen Matlin, eminente diretor do Fórum Mundial, agradeceu pela satisfação e oportunidade de dar seguimento a esta reunião. Destacou que, apesar da crise mundial, os fundos dedicados à saúde nos países de renda média e baixa não diminuíram nos últimos anos; e ressaltou que a OPS encabeça o mundo no plano das políticas, sendo América Latina a primeira região do mundo a contar com uma política de pesquisa em nível regional. Insistiu que os debates entre os participantes e os representantes dos países é a parte mais importante da reunião, e que a reflexão sobre o valor agregado que podemos aportar aos processos existentes nos países deve ser o fio condutor.

1.2 *Objetivos e processos da reunião*

Sylvia de Haan

COHRED, Genebra, Suíça

A mestra Sylvia de Haan informou aos participantes sobre os objetivos e resultados esperados da reunião. Quanto ao processo a seguir, especificou que a reunião seria realizada em 5 sessões, cada uma abarcando um tema-chave:

- *Sessão 1:* Conferência do Rio e o estado atual dos SNPS da América Latina.
- *Sessão 2:* Desenvolvimento de SNPS desde a Conferência do Rio: pesquisa e casos de países.

- *Sessão 3*: Intercâmbio de informação e criação de redes de trabalho.
- *Sessão 4*: Identificação de desafios, estratégias e ações para o desenvolvimento de SNPS na região.
- *Sessão 5*: Resumo da reunião, pontos de ação e conclusões.

A sessão 4 seguiu um formato particular, baseado no método World Café. Esse método permitiu o debate estruturado de temas selecionados a partir de uma pesquisa eletrônica realizada antes da reunião. Os temas selecionados foram: fortalecimento de SNPS na região, recursos humanos para a pesquisa em saúde, financiamento em pesquisa em saúde, e transferência e tradução do conhecimento.

1.3 Processo e resultados da “1ª Conferência Latino-Americana sobre Pesquisa e Inovação para a Saúde”

Francisco Becerra-Posada
COHRED América Latina, México DF, México

Antecedentes

Uma visão cada vez mais compartilhada pelos países da região da América Latina e no mundo é que a saúde é um dos motores indispensáveis para o desenvolvimento econômico e o combate à pobreza. Neste sentido, a pesquisa em saúde atua como um combustível para alcançar tal desenvolvimento. No entanto, nem todos os países entenderam ou incorporaram a pesquisa em saúde dentro das funções básicas do sistema de saúde, mantendo-a isolada e desvinculada do desempenho do sistema de saúde em geral (figura 1).

Os contrastes sociais, econômicos, demográficos e de saúde ocorrem entre países e no interior dos mesmos e, apesar de marcarem diferenças, existe uma visão de trabalho unificado que atualmente favorece as intervenções conjuntas para atender problemas em comum.

“Apesar disso, nossos pés dançam o mesmo ritmo, compartilhamos lendas e nos assustamos com os mesmos parecidos, nossos corações batem ao mesmo som, tudo isso e muito mais nos une como latinos”

– Francisco Becerra-Posada

O processo para gerar a integração dos sistemas de pesquisa em saúde na região surgiu em primeira instância de um encontro celebrado na Guatemala em 2006, onde se realizou a primeira abordagem com os atores-chave do tema. Tal encontro deu lugar à proposta de organizar uma conferência com ênfase no nível de

desenvolvimento dos SNPS. Numa primeira instância, COHRED propôs a idéia, se incorporou como uma das agências financiadoras e deu os primeiros passos para coordenar a organização do evento. O Brasil se propôs como sede da primeira conferência e foi estabelecido o longo processo de organização com os parceiros interessados. Em se tratando de uma conferência Latino-Americana, a OPS apoiou a iniciativa e ofereceu financiamento adicional devido à relevância que a temática possui no fortalecimento dos sistemas de saúde na região. O Fórum Mundial apoiou a proposta e se incorporou para ajudar na logística e financiamento da conferência, assim como o Wellcome Trust. Destacou a participação do Brasil, México e de uma ONG da Nicarágua como facilitadores para a organização da mesma.

Figura 1: Os sistemas de saúde hoje em dia articulam suas funções básicas sem levar em conta a pesquisa em saúde.



Resultados

O interesse gerado pela convocatória para a 1ª Conferência Latino-Americana sobre Pesquisa e Inovação em Saúde motivou uma ampla participação de todos os países da América Latina. Como será descrito mais adiante, foram recebidos 14 documentos descrevendo a situação dos SNPS em cada um desses países, que foram utilizados como insumo para a discussão e o debate. Como resultado, foi formado um grupo sub-regional, elaborado um relatório geral da conferência⁴, realizadas duas publicações relacionadas ao conteúdo da reunião, realizada uma apresentação na UNESCO e publicado um artigo na revista da OPS analisando os 14 documentos entregues. Entre os produtos mais importantes, está o vínculo e o fortalecimento da colaboração regional OPS-COHRED que, em essência, resume o interesse em apoiar o desenvolvimento dos SNPS em todos os países da região. O trabalho do COHRED é oferecer apoio através de

cooperação técnica para o desenvolvimento/fortalecimento dos SNPS, enquanto que o da OPS se fixa em sua influência para desenvolver políticas regionais, gerenciar recursos e oferecer seu apoio técnico aos países.

A análise e as conclusões da primeira reunião nos indicam que:

- Os Sistemas Nacionais de Pesquisa em Saúde foram desenvolvidos de maneira distinta na região.
- Dentro dos países, pode-se observar que os elementos-chave do sistema estão dispersos e não unificados, que a comunicação e a coordenação entre as entidades interessadas é limitada, o que impede uma integração e organização eficiente.
- Dentro dos problemas mais evidentes, se encontra que o sistema, quando existe, não funciona com base nas prioridades em saúde e que quase sempre responde aos interesses ou prioridades impostas pelos grupos de pesquisa mais fortes ou influentes.
- Além disso, não se conta com esquemas de financiamento eficientes e suficientes.
- Outra evidência que debilita os SNPS na região é que a pesquisa em saúde se encontra desvinculada do desenvolvimento de ciência e tecnologia dos países.

A partir disso, os grupos de trabalho concluíram que:

- É necessária uma figura que execute o papel de liderança e presidência em pesquisa e que, de preferência, se desprenda dos ministérios de saúde.
- É indispensável envolver a todos os atores que sejam necessários, desde o governo, indústria, universidades e centros de pesquisa, organizações não governamentais e sociedade como um todo.
- Devem ser estabelecidos mecanismos transparentes para a geração e repartição dos fundos para pesquisa, vincular o financiamento às prioridades de saúde e de pesquisa, e manter um controle sobre os recursos externos e internos derivados à pesquisa para a saúde.
- É necessário priorizar a pesquisa em saúde com base nas necessidades do país e devem ser deixadas margens de desenvolvimento para a pesquisa básica.
- É necessário um desenvolvimento coordenado dos recursos humanos para a pesquisa e a consideração dos mesmos como parte integral do tema de saúde.
- Deve-se criar leis que preservem a ética na pesquisa e estabelecer corpos para monitorar a atividade e garantir o resguardo da informação.

O que entendemos por “sistema nacional de pesquisa em saúde”?

As pessoas e instituições que governam, gerenciam, coordenam, demandam, geram, comunicam ou utilizam evidência produzida através da pesquisa para promover, restaurar, melhorar ou manter o estado de saúde e desenvolvimento da população.

Quais são suas funções essenciais?

- Governança: Levar a presidência e gestão da pesquisa nacional.
- Financiamento: Garantir recursos exclusivos para fomentar e gerar a pesquisa que cada país precisa.
- Geração, utilização e gestão do conhecimento: Elevar as condições de saúde da população sustentadas nas evidências da pesquisa em saúde.
- Desenvolvimento das capacidades locais para contar com pesquisa de qualidade.

O que desejamos?

A configuração, desenvolvimento ou fortalecimento dos sistemas nacionais de pesquisa. O grupo regional de pesquisa em saúde busca apoiar os países interessados em desenvolver e/ou fortalecer seus SNPS para:

- Detectar necessidades e definir prioridades de saúde e pesquisa.
- Apoiar o planejamento e seu desenvolvimento.
- Apoiar a associação a outros países e organizações.
- Buscar conjuntamente fundos para o desenvolvimento de SNPS.
- Favorecer o crescimento e desenvolvimento das instituições e o sistema nacional de pesquisa.
- Elevar a qualidade da pesquisa em saúde.
- Desenvolver/fortalecer capacidades internas e os recursos humanos para a pesquisa.
- Melhorar a tomada de decisões em saúde utilizando resultados de pesquisa e, com isso, levar a população a melhores níveis de saúde.

Uma vez consolidadas essas estratégias e ações, se conseguiria integrar o sistema nacional de pesquisa em saúde como um elemento central dentro do sistema nacional de saúde de cada país (figura 2),

Figura 2: Sistema Nacional de Pesquisa em Saúde como um elemento central no Sistema Nacional de Saúde



1.4 Análise do desenvolvimento dos SNPS na região: uma revisão de 14 países

Jackeline Alger

Instituto de Doenças Infecciosas e Parasitologia
Antonio Vidal, Tegucigalpa, Honduras

Antecedentes

A região das Américas celebrou, em abril de 2008, a 1ª Conferência Latino-Americana sobre Pesquisa e Inovação para a Saúde, no Rio de Janeiro, Brasil ⁴, cumprindo um propósito amplamente desejado de fazer confluir os interesses e necessidades da região em matéria de pesquisa em saúde e o desenvolvimento de instâncias que fortaleçam esta atividade na região. A esta reunião compareceram representantes de 17 países da região, que se comprometeram a preparar um documento descritivo do SNIS de seu país a partir de um formato comum baseado no Guia Marco para o Desenvolvimento de um SNPS (COHRED 2007, 2008)⁵. Nas recomendações circuladas pelos organizadores para a integração do documento, foi proposto que se incluísse os ministérios de saúde, organismos de ciência e tecnologia, instituições acadêmicas e organizações não governamentais, para dar um caráter multi-setorial e de inclusão a todos os possíveis atores. A revisão focou em três aspectos:

- Governança e presidência: Corpo de governança, estrutura de gerência e mecanismos de coordenação entre as instituições nacionais encarregadas de promover e realizar a pesquisa em cada país.
- Marco legal: Incluindo a política ou conjunto de leis, regulamentações, normas e estratégias dirigidas a apoiar e regular o desenvolvimento da pesquisa.
- Priorização: Lista formal de prioridades a partir de um processo de seleção, hierarquização, valorização e adoção.

O documento proposto devia incluir informação contextual sobre os países que permitisse identificar o grau de desenvolvimento sócio-econômico através de indicadores diversos, como o índice de desenvolvimento humano e outros (PNUD 2008), e também sugeria incluir as publicações científicas indexadas em diferentes catálogos internacionais, como LILACS e ISI. Os documentos de 14 países apresentados se encontram disponíveis para consulta no portal específico⁶ e incluem os resultados de Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Honduras, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

As equipes nacionais tiveram a oportunidade de revisar a informação compilada e enviar comentários sobre sua interpretação, para finalmente integrar uma publicação que abrange esta rica experiência e que se encontra publicada na Revista Panamericana de Salud Pública, órgão de difusão da OPS ⁷.

Dentro dos resultados relevantes apresentados por cada país, são ressaltadas as diferenças e contrastes que, em termos de desenvolvimento econômico, se vêem refletidas também em matéria de desenvolvimento de seus sistemas de pesquisa ou o grau de apoio concedido por cada país a esta atividade. Isso é facilmente observado nas diferenças de investimento em educação, saúde ou pesquisa, onde contrastam os investimentos feitos pelos países com maiores ingressos com os realizados por países pequenos, como Costa Rica e Cuba, com resultados controversos. Por exemplo, a Argentina investe menos em ciência e tecnologia do que o Brasil, mas tem o dobro de pesquisadores dedicados a este segmento. Por outro lado, é importante notar que existem países que não têm informação disponível para analisar de maneira íntegra os indicadores selecionados, o que fala em favor do fortalecimento dos sistemas nacionais de pesquisa em todos os países.

Outro dos aspectos fundamentais que se desprende da análise regional é a magnitude da produção científica dos países e o nível de participação que tem a saúde entre todos os campos da pesquisa científica, pois não importa quanta pesquisa se faça num país, uma boa parte dela foca nos aspectos relacionados à saúde como um campo do conhecimento prioritário. Embora Brasil, Chile e Argentina concentrem grande parte da produção regional, o certo é que todos os países dirijam seus recursos para a pesquisa em saúde, o que expressa sua relevância no desenvolvimento científico de cada país.

Outro dos pontos de maior interesse que surgiram dos estudos nacionais foi a descrição de seus órgãos de governança ou regulamentação, pois há diferentes instâncias governamentais que permitem ou estão dirigidas a regular e fomentar a pesquisa, como os conselhos de ciência e tecnologia existentes em quase todos os países, fortalecidos pelo ministério de saúde e/ou coordenados pelas secretarias ou ministérios de ciência e tecnologia. Esses esforços institucionalizados mostram o interesse dos países em fortalecer seus SNPS e garantir que a pesquisa conte com financiamento e apoio governamental como um requisito indispensável para o desenvolvimento. Os mecanismos disponíveis para apoiar e coordenar o desenvolvimento da pesquisa confluem primeiro na realização de fóruns de pesquisa que alentam a discussão sobre as prioridades e a construção de agendas de prioridades de pesquisa, mesmo que os métodos e procedimentos variem no interior de cada país. Isso pode ser observado ao contrastar a lista de prioridades referida por cada país, onde se destacam algumas problemáticas comuns, mas também agendas de pesquisa e interesses próprios dos grupos de maior influência local.

Dentro dos resultados, destacamos que, dos 14 países que entregaram seu informe nacional, apenas 6 incluem um corpo de governança bem-estruturado (Argentina, Brasil, Costa Rica, Equador, Venezuela e Cuba). Quanto a um marco legal, apenas o Brasil (2004) e Equador (2006) relataram contar com uma política nacional dedicada e inclusiva de ciência e tecnologia e inovação para a saúde. O Brasil foi um dos poucos países a contar com um corpo regulatório mais formal e com objetivos bem específicos.

Os outros 10 países (Argentina, Bolívia, Chile, Costa Rica, Cuba, Panamá, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela) descreveram um corpo de leis e regulamentações que estabelecem normas e padrões que regulam alguns elementos da pesquisa para a saúde, entre os que se inclui o registro e execução de ensaios clínicos, o registro dos produtos farmacológicos e as funções dos comitês de ética.

Dos países consultados, apenas 9 informaram haver estabelecido prioridades de pesquisa para a saúde: Argentina, Brasil, Costa Rica, Cuba, Equador, Panamá, Paraguai, Peru e Venezuela. Panamá, Paraguai e Peru estabeleceram a priorização sem contar com uma estrutura formal de governança e gerência da pesquisa para a saúde. Os procedimentos utilizados para estabelecer as prioridades foram diferentes, portanto os resultados na ordem de prioridades.

Conclusões

A análise dos documentos demonstrou que, embora existam diversos graus de desenvolvimento nos SNPS dos países da região, foram obtidos resultados concretos para estabelecer e desenvolver um SNPS formal a curto e médio prazo.

A análise comparativa da situação dos SNPS nos diferentes países permitiu a nações como Honduras, Paraguai e Uruguai identificar demandas a nível nacional para impulsionar seu desenvolvimento.

Ao que parece, o nível de desenvolvimento humano e tecnológico não é um limitador para estabelecer a infraestrutura básica necessária para um SNPS, embora seja essencial gerar condições de estabilidade trabalhista e salários adequados que garantam a continuidade do trabalho e o nível adequado dos recursos humanos.

A comunicação e a articulação entre os distintos componentes dos SNPS e a vontade política são elementos essenciais para alcançar resultados positivos.

O Brasil é um bom exemplo de como se pode vincular a atuação em torno de uma política específica e se pode construir o cenário necessário para alcançar o planejamento definido além do período de atuação das autoridades sanitárias.

Limitações

Dos resultados, pode-se apreender uma leve tendência institucional, tanto que nos documentos apresentados predominam os pontos de vista das instituições participantes. Apenas em 4 países se integraram a um participante os organismos de ciência e tecnologia nacionais. Apesar dos graus de avanço ou do processo de desenvolvimento incipiente, nem todos os países que estiveram presentes na Conferência entregaram o informe sobre a situação do SNPS de seu país.

Recomendações

Depois da apresentação de resultados nacionais e da discussão sobre boas práticas e desafios para aqueles países em etapas incipientes de desenvolvimento de seu SNPS, pode-se chegar a algumas recomendações que valem a pena serem destacadas:

- Realizar uma análise adicional para examinar em maior detalhe os componentes essenciais do SNPS:

- Marco legal.
 - Mecanismos de financiamento.
 - Formação de recursos humanos.
 - Utilização dos produtos da pesquisa na tomada de decisões.
 - Formulação de políticas de saúde.
- O Estado deve exercer a presidência e governança dos SNPS através dos ministérios de saúde, com o apoio de outros atores estatais e não estatais.
- Para serem relevantes, os SNPS devem se integrar aos sistemas nacionais de ciência e tecnologia e inovação e outras instituições acadêmicas e da sociedade civil. Devem ainda vincular suas prioridades ao desenvolvimento social e econômico de cada país.

2. Avanços nos SNPS da região

2.1 *Avanços alcançados nos SNPS da América Latina desde a 1ª Conferência Latino-Americana sobre Pesquisa e Inovação para a Saúde: resultados de uma pesquisa eletrônica*

Gabriela Montorzi
COHRED, Genebra, Suíça

Objetivos

Explorar e documentar a situação atual dos SNPS da região Latino-Americana.

Determinar os fatores contribuintes (facilitadores ou que geram obstáculos) a tal situação.

Determinar a contribuição da 1ª Conferência Latino-Americana de Pesquisa e Inovação para a Saúde (ocorrida no Rio, em abril de 2008) a tal situação.

Metodologia

Para a realização da pesquisa (elaboração, levantamento e processo de análise) foi utilizada a plataforma eletrônica de SurveyMonkey.com. Trata-se de um programa específico para a elaboração de pesquisas eletrônicas e que é acessível através da internet. A pesquisa foi enviada a toda a lista de participantes da 1ª Conferência Latino-Americana de Pesquisa e Inovação para a Saúde (Conferência do Rio), que em total somaram 110 profissionais em diferentes áreas da saúde, à qual responderam aproximadamente 50% dos participantes. Além disso, foi realizado um esforço específico para entrevistar o Comitê Institucional de Pesquisa para a Saúde de Honduras, composto por 10 profissionais, entre pesquisadores, acadêmicos e

funcionários. Os outros países que contribuíram com uma variedade um pouco maior foram a Costa Rica (6 respondentes), Brasil (5 respondentes) e Argentina (4 respondentes). A pesquisa foi conduzida durante aproximadamente três meses (de julho a setembro de 2009).

Resultados

Quanto à distribuição por sexo, deve se destacar que este grupo de pesquisadores, funcionários e acadêmicos goza de um melhor equilíbrio de gênero em relação a muitas outras sociedades ou agrupamentos, pois, de 51 participantes, 24 foram mulheres, mais representadas nas áreas de pesquisa (10 x 9) e ONGs (3 x 2) que no governo (9 x 14). Quanto ao perfil laboral, existe uma boa representação dos altos níveis de direção, onde se destaca a presidência dos homens nos postos diretivos, diferente dos coordenadores ou chefes de grupos, onde predominam as mulheres.

Dos 16 países participantes, apenas Bolívia, Guatemala, Nicarágua e Panamá relataram não haver constatado avanços na configuração ou desenvolvimento de seus SNPS. No resto dos países (Argentina, Brasil, Costa Rica, Cuba, Equador, El Salvador, Honduras, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela), existe uma percepção positiva de avanço no fortalecimento dos SNPS desde a Conferência do Rio.

As perguntas sobre a contribuição da Conferência do Rio ao fortalecimento dos SNPS arrojaram alguns pontos para a reflexão e a motivação de ações para a melhoria da situação em cada um dos países, independente do nível de desenvolvimento de seus SNPS. Um dos pontos relevantes de destaque foi a necessidade de uma melhor compreensão da importância da pesquisa para a saúde no desenvolvimento geral do país e na condução das políticas nacionais de saúde em particular. Esta visão é reforçada pelo acesso à informação sobre os processos similares vividos nos outros países onde se pôde comparar avanços e desafios locais. Uma das maiores contribuições da Conferência do Rio foi contar com uma perspectiva regional do estado atual da pesquisa em saúde e contar com maior informação a respeito. Esta conferência regional oferece um sólido apoio e credibilidade à necessidade de impulsionar a pesquisa para a saúde em cada um dos países e em especial os mais atrasados, pois se promove o fortalecimento de políticas e estratégias a nível regional com o apoio de grupos e instituições internacionais. Esta sinergia motiva os países a buscar o compromisso político indispensável para consolidar o SNPS em cada país.

Outro dos pontos favoráveis que surgiram da Conferência do Rio é a possibilidade de trabalho em redes, já que com elas se favorece o intercâmbio de conhecimento e informação com os representantes regionais nacionais e se apóia o trabalho de cada país, mesmo que seja à distância. Dentro do intercâmbio de informação surge a possibilidade de compartilhar os alinhamentos sobre organização, liderança e coordenação de redes regionais, além de outras publicações de interesse regional.

A análise da situação dos sistemas nacionais de pesquisa em saúde na região permitiu a identificação de alguns fatores-chave no fortalecimento e na condução das políticas encaminhadas a consolidar a pesquisa na região. Foram identificados como principais fatores determinantes: Vontade política, colaboração inter-setorial, liderança, capacitação em pesquisa, financiamento em pesquisa em saúde, e tradução e transferência do conhecimento.

- **Vontade política:** Sem dúvida, o apoio político no mais alto nível é indispensável para fortalecer o SNPS. Por exemplo, na Argentina se criou o Ministério de Ciência e Tecnologia, e no Uruguai se criou em conjunto com a Agência Nacional de Pesquisa e Inovação, e o Ministério da Saúde, o Fundo de Pesquisa em Saúde como instâncias condutoras do processo ao interior desses países. Em contraste, na Bolívia ainda faltam políticas públicas que impulsionem o desenvolvimento da pesquisa em saúde, o que se traduz num atraso importante neste país.
- **Colaboração inter-setorial:** As sinergias derivadas da interação entre os diferentes atores dedicados e beneficiados pela pesquisa é outro fator determinante, já que garante o estabelecimento de lideranças naturais, promove a capacitação dos recursos humanos nacionais, favorece a confluência de financiamentos diversos que impulsionem a pesquisa, e fomenta a tradução e a transferência do conhecimento para apoiar as tomadas de decisão em saúde. A colaboração inter-setorial se viu plasmada em Honduras com a criação do Comitê Interinstitucional de Pesquisa para a Saúde como um esforço para fazer confluir os líderes nacionais em pesquisa, enquanto que na Venezuela foi descrito o benefício da participação comunitária na definição das políticas públicas para impulsionar a pesquisa em saúde.
- **Financiamento em pesquisa em saúde:** Equador foi apresentado como um país onde a disponibilidade de recursos financeiros esteve dirigida a fortalecer os programas de doutorado em biomedicina e saúde

pública, enquanto no México foi destacado o incremento nas quantias de financiamento governamental e em Brasil foram destacadas as novas convocatórias para concessão de bolsas de pesquisa.

- **Capacitação em pesquisa:** Cuba informou sobre os esforços nacionais para melhorar a formação de profissionais, para a utilização de resultados de pesquisa na prática médica e em serviços de saúde, e se destacou o processo de integração do Sistema de Pesquisa em Saúde ao Sistema Nacional de Saúde.
- **Tradução e utilização do conhecimento:** O exemplo descrito foi Costa Rica, com seu apoio financeiro para um projeto específico orientado à tradução do conhecimento gerado pela pesquisa.

2.2 Costa Rica: estudo de caso

Luis Tacsan Chen
Ministério da Saúde, Costa Rica

A Direção de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde da Costa Rica foi criada em junho de 2008 mediante o Decreto N° 34510-S Gazeta N° 105, com o objetivo central de articular e executar os processos de presidência no âmbito do desenvolvimento científico e tecnológico em saúde a nível nacional, para garantir que a geração de conhecimento científico e tecnológico responda às prioridades nacionais, a critérios éticos e de qualidade, e que esteja disponível e acessível para ser utilizado como instrumento de tomada de decisão.

As funções desta Direção são:

- Apoiar tecnicamente a formulação, seguimento permanente e avaliação do componente de desenvolvimento científico e tecnológico em saúde da Política Nacional de Saúde.
- Dirigir e conduzir a formulação, seguimento e avaliação do componente de pesquisa e desenvolvimento tecnológico em saúde do Plano Estratégico Nacional em Saúde de forma articulada com as instâncias institucionais correspondentes.
- Promover o desenvolvimento de capacidades institucionais necessárias para a geração, divulgação e comunicação científica, utilização e aplicação do conhecimento às necessidades de saúde do país.
- Elaborar, atualizar, difundir e controlar a normativa para a organização e funcionamento do Sistema Nacional de Pesquisa em Saúde.
- Apoiar tecnicamente a elaboração, atualização, difusão e controle da normativa referente à ética, bioética e qualidade científica nos processos de pesquisa em saúde.

- Apoiar tecnicamente a elaboração, atualização, difusão e controle da normativa necessária para os processos de avaliação da tecnologia sanitária e seu ciclo de administração nas instituições do Sistema Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde.
- Avaliar periodicamente o impacto das ações de presidência sobre o funcionamento do Sistema Nacional de Pesquisa em Saúde em relação ao financiamento, capacidades institucionais, produção, uso e aplicação do conhecimento.
- Dar seguimento permanente à pesquisa em saúde por meio de um sistema de informação integrado.
- Realizar análise permanente da situação no tema de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico em Saúde.
- Promover estratégias que contribuam para o financiamento sustentável de projetos e ações em pesquisa que respondam às prioridades nacionais.

Indicadores de desempenho

As responsabilidades outorgadas à Direção de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde devem estar refletidas em indicadores de acompanhamento que descrevam e avaliem o alcance de suas conquistas e identifiquem os atrasos ou problemas a melhorar. Dentro dos principais indicadores formulados para dar seguimento à Direção de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde, se encontram os indicadores de:

Presidência

- Políticas.
- Planos.
- Recursos disponíveis para a pesquisa.
- Instituições que realizam pesquisas e promovem o desenvolvimento tecnológico em saúde.
- Disponibilidade de equipes e outras tecnologias.
- Disponibilidade de recursos humanos.
- Capacitação do recurso humano na formação e em serviços.
- Incentivos para a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico.
- Disponibilidade de assistência técnica.
- Capacitação de gestores na utilização do conhecimento.
- Instituições formadoras de recursos humanos.
- Instituições que realizam avaliação de tecnologias em saúde.

Financiamento

- Quantias e origem dos recursos.
- Alocação de fundos nacionais.
- Disponibilidade de fundos estrangeiros.
- Existências de fundos competitivos.
- Outros fundos.

Produção e utilização do conhecimento

- Quantidade de comitês ético-científicos.
- Pesquisas aprovadas por comitês ético-científicos.
- Pesquisas e desenvolvimento tecnológico em saúde que estejam sendo realizadas.
- Pesquisas e desenvolvimento tecnológico que estejam dentro das prioridades em saúde.
- Pesquisas e desenvolvimentos tecnológicos em saúde produzidas por ano.
- Pesquisas em saúde publicadas em diferentes meios.
- Pesquisas em saúde publicadas em revistas indexadas.
- Atividades de intercâmbio e divulgação.
- Disponibilidade de centros de documentação: físicos e virtuais.
- Patentes em saúde.

Apesar de sua formação recente, a institucionalização da Direção de Desenvolvimento Científico e Tecnológico em Saúde (DDCTS) começa a dar suporte ao Sistema Nacional de Pesquisa em Saúde, ao se converter num braço operativo do sistema com vínculos e mandatos sobre o exercício da pesquisa a nível nacional. Inserido no processo de reforma do sistema nacional de saúde, esta nova direção oferece novas possibilidades para ordenar a pesquisa em saúde a nível nacional.

2.3 Paraguai: estudo de caso

Dra. María Stella Cabral de Bejarano
Direção de Pesquisa e Estudos Estratégicos,
Ministério de Saúde Pública e Bem-estar Social,
Paraguai

O estabelecimento dos órgãos presidentes e condutores da pesquisa na região das Américas tem sido um processo paulatino, que denota não só o interesse dos países em incorporar a pesquisa em seu desenvolvimento, mas ilustra de maneira indireta seu nível de progresso. Se o Paraguai consolida por lei seu Sistema Nacional de Pesquisa e Inovação e a criação de seu Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia (CONACYT) em 1998, isso contrasta com os exemplos de criação de instâncias similares nos Estados Unidos (1901), Chile (1967), Colômbia (1968), México (1970), Argentina (1974) e Equador (1979). O caso do Paraguai se apresentou nesta reunião como exemplo do novo impulso que toma o SNPS neste país e os desafios enfrentados para consolidá-lo.

A Nova Visão para o Desenvolvimento Científico

A pesquisa e inovação em saúde se enquadram num complexo conceito bidirecional onde interagem o

trabalho e o papel do estado como entidade presidente obrigado a criar, num processo dedutivo, as condições favoráveis -- como são o fomento aos ambientes mais criativos e produtivos para o seu desenvolvimento, montar a infraestrutura que lhe dê suporte, apoiar as políticas e leis que lhe sustentem, aportar os fundos setoriais, criar os planos para a formação de recursos e as agendas de pesquisa e, por último, fomentar uma cultura propícia para a pesquisa no país. Por outro lado, temos um processo indutivo gerado através do papel das instituições, os pesquisadores, promotores, agências financiadoras, empresas, o setor produtivo e a sociedade como um todo como os atores geradores da pesquisa.

Dados relevantes da Pesquisa para a Saúde no Paraguai

- Existem 0,21 pesquisadores para cada 1000 habitantes, um dos índices mais baixos da região.
- Investimento em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D): US\$ 0.98 por habitante, o que equivale a 0,086% do PIB. Isso significa que é um dos países que menos investe em P&D.
- Contribuição ao acervo científico de 0,025%: Isso mostra a grande assimetria em relação a seus pares do Mercosul.
- Existem 659 pesquisadores no país, dos quais 76% estão afiliados a universidades (públicas 55% e privadas 21%).
- A área de saúde concentra 26,2% dos pesquisadores do país, que produzem 44,4% das publicações geradas local e internacionalmente.

Avanços

Os progressos alcançados no fortalecimento do SNPS no Paraguai são notáveis e mostram os produtos do trabalho constante alcançado em muito pouco tempo. O panorama em 2007 se distinguiu pelas seguintes características:

- A ausência de uma Política Nacional de Pesquisa para a Saúde.
- Não se conhecia com que contava o país em matéria de recursos humanos, tecnológicos e de infraestrutura em pesquisa para a saúde.
- A articulação de instituições dedicadas à Pesquisa para a Saúde era informal e fraca.
- A Agenda de Pesquisa para a Saúde não contava com prioridades e financiamento.
- Existia duplicação de esforços.
- Não se contava com uma linha orçamentária.
- Ausência de marcos legais e normativos para o ordenamento financeiro das Pesquisas para a Saúde.
- Escassa vinculação de empresas ou centros de financiamento com as instituições que realizam esforços para promover a pesquisa em saúde.

- Dificuldade de obter financiamento de organismos nacionais ou internacionais para pesquisa.

Para 2009, a situação mostra uma realidade completamente diferente:

- A Política Nacional de Pesquisa para a Saúde se encontra em processo de discussão e validação.
- O CONACYT está estruturando o Sistema Nacional de Pesquisadores e atualizando os indicadores de Pesquisa e Desenvolvimento.
- Foi criado o Comitê Interinstitucional para o Desenvolvimento do Sistema Nacional de Pesquisa para a Saúde. Uma de suas funções é a organização do marco legal e normativo do SNPS, considerando a criação de um Fundo Setorial para o financiamento das Pesquisas para a Saúde.
- O mapeamento de atores está em processo.
- A Agenda de Pesquisa conta com uma definição de prioridades de pesquisa.
- Existe um modelo de financiamento.
- Há mostras de um trabalho coordenado entre as empresas ou centros de financiamento com as instituições que realizam esforços para promover a pesquisa em saúde.
- Foi incorporada uma linha orçamentária no PNGGS 2010.

Agenda Nacional de Pesquisa para a Saúde

Um dos maiores avanços alcançados no período foi a Atualização da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde Pública 2008 - 2013. Este produto foi resultado de uma convocatória de 80 atores-chave vinculados à gestão e execução de pesquisas relacionadas à saúde e seus determinantes através de instituições, organizações e pesquisadores individuais. O produto foi validado por uma equipe de especialistas procedentes da área acadêmica e de gestão do Ministério de Saúde Pública e Bem-estar Social e graças a um financiamento outorgado pela OPS.

Governança e presidência

A governança está a cargo do Ministério de Saúde Pública e Bem-estar Social, o CONACYT e o Ministério da Educação. O CONACYT atua como o organismo reitor das Políticas Nacionais de Ciência, Tecnologia e Inovação do país (1977) e é responsável por impulsionar a construção da governança necessária para conduzir o processo de fortalecimento da pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação para a saúde no Paraguai.

O Comitê Interinstitucional para o Desenvolvimento do Sistema Nacional de Pesquisa para a Saúde,

recém-criado em 3 de novembro de 2009, conta com 20 membros, constitui a estrutura formal que contribuirá a dar sustentabilidade aos processos de desenvolvimento da pesquisa, desenvolvimento tecnológico e inovação para a saúde, e contará com uma presidência exercida pela Ministra da Saúde Pública e Bem-estar Social, uma vice-presidência exercida pelo vice-ministro de Saúde Pública e Bem-estar Social; e a secretaria executiva, a cargo da Direção de Pesquisa e Estudos Estratégicos.

O que existe e o que falta

Com a finalidade de institucionalizar e fortalecer o SNPS no Paraguai, é indispensável contar com um ambiente sócio-político adequado que garanta um compromisso político para a pesquisa em saúde e uma atmosfera positiva que respeite os direitos humanos. O ambiente deve ser levar à pesquisa onde fiquem claramente estabelecidas as prioridades a pesquisar, apoiadas por políticas e mecanismos de gestão em pesquisa em saúde. Para a implementação da pesquisa, deve-se melhorar os componentes do sistema, contar com recursos humanos bem capacitados, um financiamento estável e previsível que permita aos pesquisadores se dedicar em tempo e forma à pesquisa prioritária, promover a ética, a comunicação e a tradução das evidências. Um nível de alcance a que se deve aspirar é obter a integração do sistema nacional à dimensão internacional através das associações bilaterais, regionais e internacionais, colaborando com outras organizações e agências contribuidoras.

Entre os pontos pendentes, está realizar um diagnóstico das capacidades disponíveis, promover a dedicação exclusiva à pesquisa através de estímulos e salários adequados que permitam formalizar a carreira de pesquisador, criando o Sistema Nacional de Pesquisadores, incrementando os mestrados e doutorados em temas afins à saúde e criando os espaços para que a pesquisa se difunda.

Próximos passos

Dentro das atividades encaminhadas a consolidar o SNPS no Paraguai, encontra-se o plano para a validação, socialização e consenso da Política Nacional de Pesquisa para a Saúde, vinculada à Política Nacional de Governo e à Política Nacional de Pesquisa da OPS e do Regulamento de Funcionamento do Comitê Interinstitucional para o Desenvolvimento do Sistema Nacional de Pesquisa para a Saúde. Além disso, deve-se elaborar o Modelo de Fundo Setorial para a Pesquisa em Saúde que inclua o mapeamento de atores e registro de Pesquisadores do Setor de Saúde, em coordenação e sinergia com o CONACYT (para um Sistema Nacional

de Pesquisadores). No terreno das prioridades de pesquisa, devem-se identificar os melhores métodos para defini-las e consolidar ações com iniciativas, projetos, plataformas de aprendizagem, sistema de indicadores de monitoramento e avaliação do SNPS.

2.4 Política de Pesquisa para a Saúde: Informe de Progresso desde a 1ª Conferência Latino-Americana sobre Pesquisa e Inovação para a Saúde

Luis Gabriel Cuervo e Norcka Ruiz Bravo,
Promoção e Desenvolvimento da Pesquisa, OPS,
Washington DC, Estados Unidos

A relevância que teve a 1ª Conferência sobre Pesquisa e Inovação em Saúde, ocorrida no Rio de Janeiro em 2008, motivou diversas reações e gerou alguns processos de renovação na região. As reações foram positivas porque todos os países com o sem um SNPS consolidado encontraram um novo estímulo para consegui-lo e fortalecê-lo.

A OPS defendeu os compromissos surgidos da reunião e investiu recursos para difundir os compromissos e resultados do consenso regional. A advocacia se concentrou na elaboração de algumas publicações do informe em vários formatos e idiomas e sua difusão através dos links em sites relevantes. As participações em eventos científicos, conferências e fóruns estratégicos dentro e fora da região permitiram conhecer os avanços e desafios para configurar a rede de SNPS na região. Foram elaborados documentos apresentados a atores-chave, como os Corpos Diretivos da OPS/OMS (48º Conselho Diretivo, 2008), nas reuniões regionais e nacionais onde se participou, nas consultas a órgãos consultivos, como os Comitês Assessores. Dessa promoção e difusão também surgiram acordos formais, como entre a OPS e o COHRED, que foram se consolidando em atividades de apoio técnico coordenado com os diferentes países, como também discutir esses temas com outras agências de desenvolvimento e cooperação internacional.

Um dos efeitos mais importantes foi a aprovação de uma Política Regional de Pesquisa para a Saúde³. Trata-se de um processo de consulta amplo e inclusivo com atores-chave na região, que revisou os marcos normativos e atendeu às observações emitidas pelo Comitê Executivo da OPS. Esta Política Regional foi inicialmente impulsionada pela Diretora e o Comitê Assessor de Pesquisa em Saúde, que foi consultado em diversas oportunidades de 2007 a 2009. Além disso, houve uma revisão detalhada de documentos

relevantes, consulta a múltiplos atores dentro e fora da OPS.

A visão que impulsionou a configuração de tal documento é de que a pesquisa em saúde é e deve ser entendida como um investimento para o desenvolvimento dos países, pois, ao incrementar a existência e a utilização do conhecimento, aumenta-se a competitividade, incrementa-se o acesso e uso de diferentes produtos, fortalece o setor de saúde e impulsiona o desenvolvimento de outros setores, como o econômico e o industrial.

Em essência, a Política sobre Pesquisa promove a apropriação do tema e suas soluções por parte dos estados membros, respalda a tarefa da OPS, constrói sobre a colaboração, os recursos existentes e a pluralidade, e fomenta a utilização dos resultados da investigação como uma pedra angular, vincula a política com a prática e os produtos de pesquisa e fortalece a cultura de pesquisa.

3. Desafios para o desenvolvimento de SNPS em nível de país e de região

3.1 *Health Research Web*

David Abreu
COHRED, Genebra, Suíça

A *Health Research Web (HRWeb)* é uma plataforma interativa de gestão e informação baseada na internet (figura 3 e 4), destinada a melhorar a saúde, a igualdade e o desenvolvimento por meio da pesquisa, centrando-se na melhoria da saúde nos países e populações de baixa e média renda. É uma fonte de informação sobre a estrutura, a organização, o financiamento e a priorização da pesquisa para a saúde. Suas principais contribuições são que:

- Organiza a informação global sobre as pesquisas para a área de saúde, do ponto de vista dos países de baixa e média renda;
- Captura informação do sistema de pesquisas, permitindo que os países e instituições governem e gerenciem a pesquisa em saúde como um aspecto essencial para o aumento da saúde, o equilíbrio e o desenvolvimento;
- Faz com que este domínio seja interativo, aberto ao público, a todo mundo, não somente às instituições, os doadores ou a indústria da pesquisa; e

- Cria uma plataforma que pode ser utilizada para a gestão institucional interna ou para intercambiar com o mundo dados institucionais, nacionais ou regionais.

Em conjunto, essas contribuições oferecem aos governos e instituições informações importantes para aperfeiçoar o potencial da pesquisa, a fim de melhorar a saúde e o desenvolvimento. Também aumenta a notoriedade e a responsabilidade daqueles que estejam comprometidos com a pesquisa para a saúde; além disso, oferece uma fonte de informação para encontrar colaboradores ou para respaldar o desenvolvimento de capacidades.

Esta ferramenta tem o potencial de se converter no instrumento de consulta mais idôneo e atualizado dos avanços na constituição dos SNPS em cada um dos países e na região e um centro de consulta sobre a governança e as políticas nacionais de pesquisa; as prioridades de pesquisa; as redes e as instituições dedicadas ao apoio e à gestão da pesquisa; as fontes de financiamento, os recursos humanos e de informação dedicados à pesquisa. Seu conteúdo será tão rico quanto seja o nível de detalhe oferecido por cada país. O desafio reside em mantê-lo atualizado e os responsáveis nacionais terão um papel fundamental em disseminar o que foi realizado nesta matéria.

3.2 *Brasil: estudo de caso*

Moisés Goldbaum
Departamento de Medicina Preventiva, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, Brasil

Marco institucional

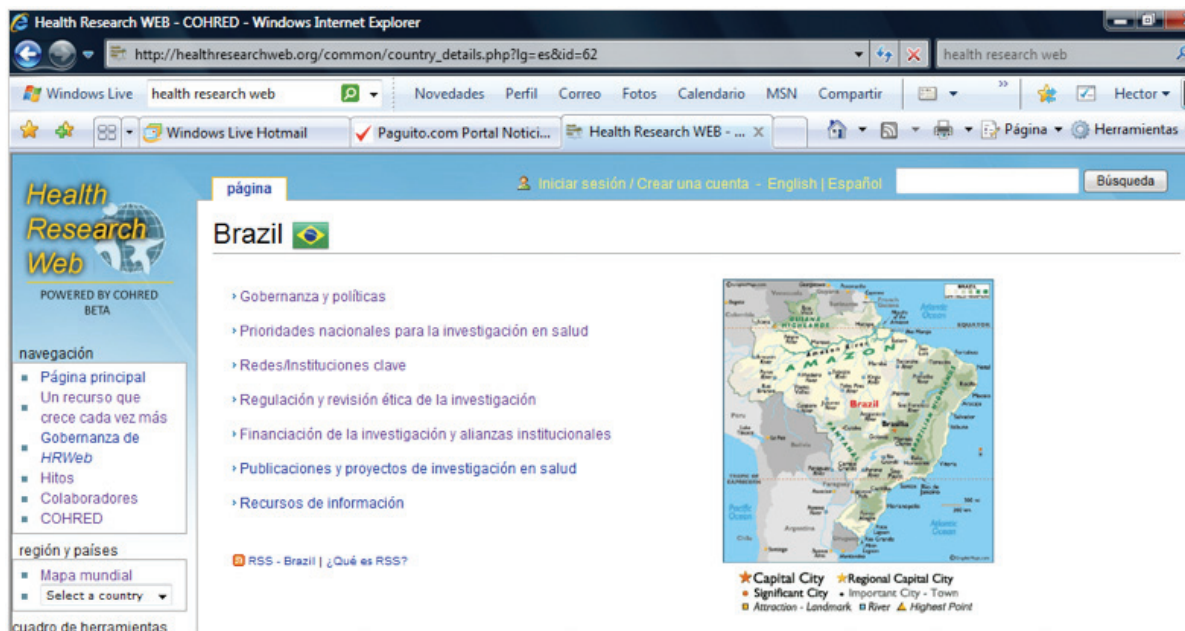
Os esforços para dar forma ao SNPS no Brasil estão plasmados na Constituição de 1998, onde se manifesta que um dos atributos e obrigações do Sistema Único de Saúde é incrementar o desenvolvimento científico e tecnológico da área de saúde. Assim, dentro da política nacional de saúde deve ser incluído, como uma função do Ministério da Saúde, o desenvolvimento de uma Política Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (Política Nacional), cujo guia deve ser o compromisso ético e social para melhorar as condições de saúde da população, levando em conta as diferenças regionais e a busca da igualdade.

Dentro do processo de construção da Política Nacional foram estabelecidos princípios organizativos do Sistema Único de Saúde que se baseiam na integralidade, igualdade e universalidade. Embora esses princípios

Figura 3: Portal da Health Research Web



Figura 4: Capa de informação sobre sistemas de pesquisa em saúde. Exemplo: Brasil, (HRWeb)



sejam fáceis de levar aos serviços de saúde, no caso da pesquisa ainda se vive um processo de centralização que deve ser combatido. A partir desses princípios, foram-se organizando diferentes instâncias encarregadas do fomento científico e tecnológico, o desenvolvimento de uma agenda de prioridades em pesquisa (2000) e a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos no Ministério da Saúde (2003) – cujo objetivo é formular, implementar e avaliar a Política Nacional. Este processo culminou com a 2ª Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (2004), com uma participação inter-setorial importante, onde confluíram as áreas de ciência, tecnologia, educação e saúde, acompanhados por uma influência importante da sociedade civil. Nessa conferência, foram aprovadas a Política Nacional e a agenda nacional de prioridades de pesquisa em saúde.

Estratégias

O pilar normativo e regulatório oferecido pelos mandatos constitucionais e as instruções presidentes, como a Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos, se expressou diretamente numa política específica dirigida ao desenvolvimento da pesquisa e uma agenda de prioridades de inclusão e consensual entre os atores mais importantes.

As estratégias utilizadas para implantar a política e desenvolver a agenda demandaram a cooperação técnica e a articulação do Ministério da Saúde e o de Ciência e Tecnologia, sobretudo para definir o manejo de recursos financeiros localizados no Fundo Setorial de Saúde e de Biotecnologia. Esta organização do financiamento para a pesquisa se viu fortalecida pela articulação com outros setores estratégicos, como o Ministério de Indústria e Comércio, os Fóruns de Competitividade da indústria farmacêutica e o de Biotecnologia, o Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia e o Ministério de Educação.

Essas alianças permitiram a construção de uma agenda nacional de prioridades de pesquisa em saúde. O exercício de priorização exigiu um esforço coletivo para descrever o estado atual dos conhecimentos científicos e tecnológicos; conhecer a capacidade instalada para realizar a pesquisa; identificar os grupos de problemas de saúde mais relevantes; incorporar as pesquisas realizadas em toda a cadeia do conhecimento (básica, aplicada, operativa, etc.); articular todas as instâncias envolvidas na ciência, o desenvolvimento tecnológico, a competitividade econômica, social e industrial a nível nacional. O conteúdo dessa estratégia se refletiu no amplo espectro de problemas identificados como

prioritários, desde a saúde de grupos vulneráveis (povos indígenas, população negra, população infantil e adolescente, a mulher, grupos com necessidades especiais), grupos de patologias relevantes (saúde mental, violência, acidentes e lesões; doenças transmissíveis e não transmissíveis, nutrição, saúde bucal, saúde laboral, ambiental), pesquisa em saúde (epidemiológica, clínica, demográfica), aspectos dos serviços de saúde (economia da saúde, promoção da saúde, comunicação e informação, sistemas e políticas), como aspectos tecnológicos (avaliação de tecnologia, biossegurança e assistência farmacêutica).

Com a finalidade de cobrir uma agenda tão ampla de temas e problemas, foram desenvolvidas estratégias de apoio, como sua difusão, o estabelecimento de um programa de pesquisa para o sistema único de saúde, a oferta de recursos incrementais para o sistema de ciência e tecnologia, e o apoio às propostas estratégicas de desenvolvimento tecnológico e de avaliação de tecnologias em saúde.

Entre os principais avanços alcançados recentemente, se destaca a formação de redes de pesquisadores reunidos ao redor de uma temática prioritária: a Rede Nacional de Pesquisa Clínica Hospitalar de Ensino, a Rede Nacional de Terapia Celular, a Rede Brasileira de Pesquisa sobre Câncer, o Estudo Longitudinal da Saúde do Adulto, os Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia, e a Comissão de Determinantes Sociais em Saúde, entre outros.

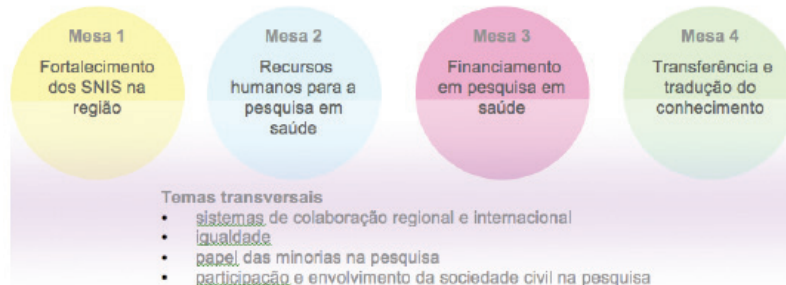
Apesar dos avanços, ainda são vislumbrados alguns desafios para consolidar o SNPS no Brasil. Entre eles, destaca-se a criação de uma Agência Autônoma de Ciência e Tecnologia de Pesquisa em Saúde e a colaboração Sul-Sul para fortalecer os SNPS.

4. World Café

A confluência à reunião de um grupo tão amplo de pesquisadores, funcionários e acadêmicos, a agenda de temas a discutir e a brevidade da reunião dificultaram a participação individual direta através de apresentações e conferências. No entanto, se inovou com uma dinâmica de interação (World Café) que permitiu captar as impressões de todos os participantes organizados em 4 grupos de discussão, que iam rodando por 4 mesas temáticas por um tempo determinado. As quatro mesas se organizaram segundo os temas que surgiram da pesquisa eletrônica realizada na preparação para a reunião e em seguimento aos temas identificados como

principais na Conferência do Rio. Foi proposto como complemento de debate que cada tema fosse analisado sob a ótica de temas transversais específicos (figura 5).

Figura 5: Temas de debate do World Café



As mesas foram lideradas por dois moderadores, cuja função consistiu em dirigir o debate, distribuir os tempos de cada tema específicos a debater e integrar as opiniões de cada grupo de discussão para sua apresentação final ao grupo em extenso. A reunião se viu beneficiada pela contribuição de cada um dos participantes provenientes de uma diversidade de países com diferentes níveis de desenvolvimento de SNPS, permitindo um maior nível de interação no debate.

4.1 Fortalecimento dos SNPS da região

Como o tema da Conferência do Rio se focou no desenvolvimento ou fortalecimento dos SNPS nos países da região, resultou de especial interesse conhecer esses mecanismos, estruturas e processos nos que se encontram os países participantes e identificar elementos que sejam de utilidade e apoio aos países nas fases incipientes de desenvolvimento de seus SNPS.

O tema da governança e da presidência saltou como um dos eixos do SNPS e a discussão foi centrada nas perguntas: Devem ser responsabilidade do Estado? O que se deve ou pode fazer quando o Estado não assume esta responsabilidade?

Os quatro grupos de discussão concordaram que a governança dos SNPS é responsabilidade inerente à função do Estado. Isso dá um argumento muito sólido a favor da relevância que tem a pesquisa em saúde no desenvolvimento integral dos países, pois deve ser visualizada como uma atividade estratégica. No caso de que essa responsabilidade não seja assumida, devem se esgotar todos os mecanismos para que o faça, para o qual se podem seguir diferentes estratégias que devem ser adequadas à realidade e ao estado de desenvolvimento de cada país.

Estratégias propostas

- Promover a criação de uma agência autônoma de pesquisa em saúde com funções bem definidas, que facilite a articulação intersetorial, tendo cuidado para estabelecer claramente as linhas de autoridade e a quem reporta esta agência.
- Aproveitar a aprovação da Política de Pesquisa para a Saúde da OPS por parte dos ministros da saúde da região para promover a revisão e a adequação do marco legal com o objetivo de fortalecer os SNPS existentes e facilitar os processos de formação de novos SNPS.
- Fortalecer as instituições (Institutos Nacionais de Saúde) para que preencham o vazio do Estado e incentivem a tomada de uma posição mais clara por parte do Ministério da Saúde com relação a seu papel em presidir o SNPS.
- Promover a defesa por parte das Instituições que fazem pesquisa para a criação e/ou o fortalecimento do SNPS.
- Estabelecer alianças e mecanismos de trabalho entre os diferentes atores, com o objetivo de fortalecer a autoridade do Ministério da Saúde.
- Insistir na busca de mecanismos para conseguir que o Ministério da Saúde convoque e crie os espaços para trabalhar com todos os setores na elaboração e fortalecimento do SNPS.

Embora a presidência tenha ficado definida como uma função do Estado, o desenvolvimento e o fortalecimento dos SNPS devem ser acompanhados da participação de vários atores para dar solidez ao processo e ao próprio SNPS.

Todos os participantes concordaram que o Ministério da Saúde é quem deve exercer a liderança e o mandato no desenvolvimento do SNPS, sempre que os organismos ou instituições nacionais com funções associadas ao desenvolvimento tecnológico e científico estejam vinculados formalmente e articulados de maneira clara e efetiva. Além disso, ficou acordado que era fundamental a vinculação com a academia, as ONGs, associações de profissionais, indústria, sociedade civil organizada, participando de uma maneira equitativa e buscando objetivos comuns.

Devido à diversidade de países representados e com diferentes níveis de desenvolvimento em seus SNPS, foi muito importante perguntar e debater se existem modelos para o desenvolvimento de um SNPS e,

se houver, que modelos funcionam? Quais são os elementos essenciais a estes modelos?

Longe de poder definir um modelo para estabelecer um SNPS, os grupos de discussão se concentraram em delimitar alguns elementos essenciais para constituí-lo e fortalecê-lo. Em primeiro lugar, destacou a necessidade de contar com uma política de pesquisa em saúde bem estabelecida e produto de um processo participativo de todos os possíveis atores nacionais. Esta política deve refletir o compromisso do Estado para garantir um financiamento mínimo e a capacidade para mobilizar recursos que fomentem a pesquisa e, além disso, deve estar respaldada por um marco legal que garanta os recursos, qualifique os espaços de participação e apóie a articulação efetiva de todos os setores (mapeamento de atores). O SNPS deve se apoiar num Comitê de Ética com um mandato e autoridade respaldados no marco legal, cuja autonomia permita dirigir a pesquisa apegada aos princípios básicos da pesquisa científica.

Outro dos elementos que surgiu da discussão foi a necessidade de contar com uma agenda de pesquisa bem definida e que responda às necessidades mais relevantes em saúde de cada país. Um dos pontos mais controversos foi a definição de prioridades, pois há vários enfoques e métodos que nem sempre refletem as verdades necessárias de pesquisa. O consenso foi buscar metodologias que permitam articular a agenda com base nos problemas mais relevantes que conciliem os interesses de grupos de pesquisa e as agências financiadoras. Este exercício de priorização também deve ser acompanhado da elaboração de padrões e indicadores que permitam avaliar e comparar os avanços e conquistas de cada país.

Um dos desafios que enfrentam todos os SNPS é a forma de garantir a aplicação dos resultados das pesquisas, a tradução das evidências científicas para apoiar a tomada de decisões em saúde, a reorientação dos programas, o melhor uso das intervenções e os recursos.

Diante da descrição do cenário em que se desenvolvem os SNPS também se discutiram quais são os principais desafios e oportunidades que enfrentam e o que se deve fazer para superar os desafios e aproveitar as oportunidades. A chave para o desenvolvimento do SNPS é que se deve pensar num processo gradual, baseado numa relação de confiança, que garanta a participação efetiva de todos os setores, disciplinas e campos do conhecimento em saúde. Devem-se identificar os interlocutores legitimados pela comunidade organizada e apoiá-los (política e marco legal) para que tenham uma participação efetiva nos processos. Para isso, deve-se

fortalecer as instâncias de articulação e coordenação dos diferentes setores para a impulsão de uma agenda comum, facilitando o acesso e promovendo o uso de recursos e capacidades existentes em cada país e na região. Um enorme benefício identificado pelos grupos foi a possibilidade de fortalecer as redes de colaboração de pesquisadores, apoiados por instâncias como COHRED, assegurando a participação dos países com menos recursos.

Um elemento central ao debate foi a necessidade de criar as condições para dar estabilidade aos recursos humanos capacitados para a pesquisa, promovendo e defendendo o estabelecimento de incentivos diversos para os pesquisadores e fortalecendo as capacidades em recursos humanos para a gestão da pesquisa dentro do Ministério de Saúde para que cumpra melhor seu papel. Uma oportunidade que se abre com a interação global é a disponibilidade de informação, recursos e a oportunidade de compartilhar os resultados de pesquisa através de ferramentas tecnológicas, como Open Access.

4.2 Recursos humanos para a pesquisa em saúde

O desenvolvimento sustentável de um país só pode ocorrer com o apoio de recursos humanos capacitados. Para isso, deve-se investir em longo prazo na educação, capacitação técnica e profissional em todos os campos do conhecimento. Sendo este um processo de lenta gestação, necessitamos entender que esta estratégia transcende o âmbito acadêmico propriamente dito e incursiona em âmbitos do ministério de saúde e as áreas de desenvolvimento tecnológico, indústria e sociedade em seu conjunto.

Desde o âmbito acadêmico, é necessário contar com uma infraestrutura física e humana para iniciar e dirigir a formação desde a licenciatura e continuar com a especialização e o aprofundamento na pós-graduação. A formação do recurso humano deve incluir a aquisição de competências de pesquisa que todos os profissionais devem cobrir e competências específicas para os programas de pós-graduação. Buscar que a pesquisa se transforme numa opção profissional exige estímulos diversos a nível laboral e salarial, e deve incluir a motivação para a pesquisa entre os estudantes através de prêmios nacionais à pesquisa, feiras de inovação, jornadas científicas com alta difusão. Uma estratégia essencial para incorporar as melhores mentes é tentar vincular a tese de licenciatura e pós-graduação às prioridades de pesquisa do país, e apoiá-las com financiamento por parte dos ministérios de saúde, agências financiadoras e instituições de pesquisa. A qualidade dos programas acadêmicos deve ser iniciada com um

mapeamento de atores e instituições com programas de qualidade na região, e deve-se garantir através da capacitação dos docentes para a pesquisa, abrangendo temas como gestão da pesquisa, bioética, produção de artigos científicos, gestão do financiamento, busca de recursos para a pesquisa, elaboração de projetos de pesquisa, entre outros.

Desde os ministérios de saúde, deve-se exercer a presidência da pesquisa de forma inclusiva, envolvendo as instituições acadêmicas, organizações da sociedade civil, indústria, sociedades científicas, profissionais e técnicas e outros atores interessados. Juntos, devem iniciar um processo de análise da situação de saúde, para estabelecer necessidades e prioridades de pesquisa, alinhar os programas de formação de recursos e estabelecer mecanismos de monitoramento e avaliação. Deve existir uma política nacional para que a pesquisa tenha um marco legal que a regule e nela se inclua a formação e capacitação dos pesquisadores, assim como o estabelecimento de estímulos para propiciar a boa pesquisa e retenção de pesquisadores em seu país. Um elemento central na perspectiva dos ministérios é incluir a capacitação aos tomadores de decisões sobre como utilizar a evidência científica para fortalecer os programas e as políticas, assim como capacitar outros profissionais para traduzir o conhecimento científico e otimizar sua utilização.

A comunidade global também deve participar desta estratégia, aproveitando os recursos tecnológicos que hoje estão disponíveis através das redes de comunicação virtual, favorecendo o estabelecimento de redes de colaboração global (regional) para a formação de recursos humanos, atendendo às expectativas nos cursos à distância ou virtuais, como os programas de capacitação e atualização virtual, e estabelecendo programas de formação com foco regional, como os recentemente propostos pelo Instituto Mesoamericano de Saúde Pública ou a Escola de Saúde Pública da América do Sul. Uma tarefa onde a comunidade mundial pode ter uma presença notável é no mapeamento de atores (pesquisadores, agendas de pesquisa, recursos para a pesquisa), ser um colaborador para buscar e conseguir financiamento para o intercâmbio de estudantes e pesquisadores entre países e instituições (Tropmed na Europa, por exemplo) e apoiar a defesa de fóruns internacionais. Os recursos tecnológicos disponíveis hoje em dia devem favorecer a utilização de plataformas virtuais para o fortalecimento da força de trabalho, por exemplo, para escrever artigos colaborativamente, realizar cursos de formação e atualização, formar pesquisadores através de programas tutoriais em pesquisa.

4.3 Financiamento em Pesquisa em Saúde

A visão que os países podem ter em relação à pesquisa é variável. Alguns a veem como um luxo ao qual os países pobres não podem ter acesso, devido à enorme quantidade de necessidades que saturam seus governos. Outros a veem como uma atividade que não exige impulso governamental, pois é uma atividade tangencial às prioridades nacionais. O certo é que os países mais desenvolvidos são os que harmonizam o papel da pesquisa com o desenvolvimento sustentável e o progresso, e os que dirigem recursos substanciais para a pesquisa, pois a entendem como um motor do desenvolvimento.

As experiências a nível regional nos mostram um espectro muito amplo de situações. Alguns países não têm financiamento público nem prioridades de pesquisa, outros países estão iniciando a priorização da pesquisa, mas sem contar com financiamento público que a atenda. Por outro lado, alguns países contam com financiamento, mas não possuem uma agenda de prioridades, e alguns poucos contam com financiamento público e possuem suas prioridades estabelecidas em pesquisa. Defender uma política nacional que normalize e regularize tais situações é um passo essencial no fortalecimento dos SNPS. Deve-se contar com uma agenda de prioridades que inclua o desenvolvimento da pesquisa básica, além de contar com um investimento público estruturado que a sustente.

O interesse dos países em investir em saúde resultou num incremento importante no financiamento internacional disponível para a pesquisa a nível mundial. Embora a maior parte desse financiamento se localize nos países mais desenvolvidos e se dedique à pesquisa dos problemas dos países menos pobres, muitos países contam com o apoio do financiamento internacional para a realização de certo tipo de pesquisa ou certos temas de interesse dos organismos doadores. Tais formas de financiamento geram diferentes problemáticas. Existe fluxo de recursos financeiro aos países pobres, mas não uma regulação nacional sobre os temas a pesquisar, ou se absorvem recursos nacionais para tratar problemas que não estão nas prioridades do país. Outro aspecto singular é que as prioridades se dirigem aos problemas de saúde da população, e não ao que devemos fazer para mantê-la saudável. Um fenômeno ou problema adicional é que, ao carecer de marco regulatório, o financiamento se concede através de iniciativas individuais, ou através de instituições educativas que não respondem perante nenhuma instância nacional, o que aumenta a brecha de ignorância sobre os temas pesquisados, quanto dinheiro se destina a que problemas de saúde, quantos recursos humanos estão envolvidos

nessas pesquisas e que tipo de pesquisa se está desenvolvendo. O mesmo ocorre com o financiamento privado proveniente de fundações, instituições acadêmicas e indústria químico-farmacêutica, pois em geral se desconhece os temas, as quantias e os atores envolvidos. São muito poucos os países que possuem um registro integral das pesquisas desenvolvidas neles. Os benefícios de um registro nacional são bastante amplos, pois é indispensável para definir necessidades de formação de recursos, prioridades de pesquisa, identificar fontes de financiamento disponíveis, e melhorar os procedimentos para ter acesso a outros financiamentos.

Um dos benefícios de uma reunião como a de Cuba, onde estiveram presentes os responsáveis por pesquisa a nível de cada país, é que se pode propor estratégias regionais. Por exemplo, estratégias que permitam evitar duplicidade e desperdício de recursos. Essas estratégias possuem maiores possibilidades de sucesso pela conjugação de talentos, otimização de recursos, impacto geográfico, e evidência de colaboração. Outro benefício adicional é que se pode identificar possibilidades de pesquisa entre o setor público e privado entre os diferentes países.

A nível nacional, uma maior articulação dos ministérios de saúde com os de educação, ciência e tecnologia resultaria numa formalização de fundos setoriais para a pesquisa, evitando duplicidades e fomentando sinergias de colaboração. Outra oportunidade é a realização de estudos multicêntricos que otimizem o uso dos recursos e talentos dispersos em diferentes institutos e centros de pesquisa no interior do país.

As estratégias propostas para fortalecer o financiamento dos SNPS colocam ênfase na necessidade de um marco legal que oriente a regulação de fundos públicos e privados. Uma proposta interessante, ainda sujeita a muita controvérsia, é a de fixar tarifas ou impostos aos patrocinadores de produtos nocivos à saúde (tabaco, álcool, automóveis) e aos produtos de riqueza do país (ex: petróleo), para canalizá-los num fundo exclusivo para o desenvolvimento da pesquisa em saúde.

4.4 Transferência e tradução do conhecimento

O conhecimento numa sociedade globalizada se encontra num processo vertiginoso de produção excessiva, onde o acesso à informação, avaliação da qualidade e tradução das evidências se transformam em aspectos indispensáveis para os tomadores de decisão e usuários em potencial. Este universo tão amplo de informação

exige um marco regulatório e de organização que permita identificar necessidades, definir políticas e prioridades e dirigir os escassos recursos disponíveis. Para tal fim, os países devem desenvolver uma liderança que organize, gere e module o desenvolvimento da pesquisa a nível nacional. A liderança deve marcar o rumo (objetivo da pesquisa), o destino (a agenda) e os meios (tipo de pesquisa). Esta liderança deve se sustentar na construção de um marco de confiança onde todos os atores estejam representados, participem respeitando os pontos de vista dos demais e buscando que os usuários potenciais da pesquisa sejam os mais beneficiados pelos resultados e produtos de pesquisa.

A comunicação de resultados e a difusão dos produtos de pesquisa emergem como um problema primordial para criar uma cultura nacional que promova, respeite, influencie, defina, participe e vigie a agenda de pesquisa, e utilize, difunda, entenda, explore e consuma seus resultados. Os formatos disponíveis para alcançar esses objetivos devem ser diversos e adequados ao público receptor e a suas necessidades específicas.

Entre as recomendações surgidas do debate, destacou que todos os projetos de pesquisa devem incluir um plano de divulgação específico de seus resultados, que transcenda o espaço acadêmico científico (conferências, congressos e seminários) e os meios (revistas científicas, capítulos de livro, memórias de congressos, etc.). Existe a necessidade de promover a criação de unidades de gestão e difusão do conhecimento dentro dos centros de pesquisa encarregados de organizar os resultados de pesquisa, traduzi-los para consumo de diferentes públicos usuários; avaliar e monitorar o acesso, consulta e utilização dos mesmos na formulação de programas, avaliação de intervenções e definição de políticas específicas.

O desenvolvimento informático também colocou à disposição diversas ferramentas que permitem a organização de bancos de informação, que devem ser explorados para criar um sistema de informação específico a nível nacional e regional, como pode ser o Health Research Web.

A tradução do conhecimento ainda é uma área em desenvolvimento que exige pessoal capacitado no uso de padrões e boas práticas, especializado no uso da tecnologia de fronteira e na comunicação do conhecimento.

Conclusões

O grau de avanço dos SNPS é tão variável quanto são diferentes as condições de saúde e progresso dos países da região. Porém, a partir da reunião de Havana se distingue um ambiente muito propício para o fortalecimento dos SNPS a nível regional. As vontades dos governos, a confluência de um financiamento cada vez mais notável para a pesquisa, e os passos dados pelos países são mostras de que a pesquisa se incorpora paulatinamente como um elemento central à política social e econômica do país.

O desenvolvimento dos SNPS deve ser entendido como um processo gradual e complexo que envolve a participação efetiva de todos os setores e atores sociais, exigindo um ambiente de confiança. O papel de liderança do Estado é uma atividade indispensável e que deve ser assumida pelos ministérios de saúde e pelos conselhos de ciência e tecnologia, respaldados por um marco legal que defina funções, responsabilidades e mecanismos de trabalho entre os diferentes atores para fortalecer a governança e presidência do ministério da saúde. A formulação de uma política de pesquisa em saúde deve ser um processo participativo e consensual entre todos os participantes da sociedade civil, da academia, da indústria e dos setores educativos e de inovação tecnológica. Este marco legal e político deve buscar a institucionalização de um SNPS que permita a formulação de uma agenda de pesquisa baseada em prioridades, apoiada com financiamento público e privado, e dirigida a atender as necessidades mais urgentes da população. A última aspiração é contar com uma agência autônoma de pesquisa em saúde que não dependa dos vaivens políticos nem das designações orçamentárias discretionais, embora para alcançá-lo os países devam avançar em muitas frentes.

Os desafios identificados se encontram na definição de uma agenda de pesquisa transparente, no terreno da formação de recursos humanos, no acesso aos recursos financeiros estáveis e crescentes, e no intercâmbio e comunicação efetiva de resultados e produtos de pesquisa. Um desafio substancial é entender que a pesquisa em saúde ultrapassa os limites locais ou nacionais, e que as respostas podem ser encontradas a nível regional e mundial.

Definição de uma agenda de pesquisa

A agenda de pesquisa talvez seja um dos maiores problemas enfrentados pelo SNPS. Existem pressões políticas, sociais e de saúde, que não permitem fazer um exercício transparente na seleção de prioridades. Uma reflexão realizada durante a reunião é que os problemas de saúde nos serviços de saúde não necessariamente correspondem às prioridades que devem ser pesquisadas. A definição de prioridades depende de quem participa no processo, quão inclusivo é, quais são os interesses que o respaldam e quem designa os fundos para cumprir com essa agenda de pesquisa. O papel das agências financiadoras na saturação da pesquisa de certos temas de saúde concentra e desvirtua a definição de prioridades, assim como o fazem grupos de poder dentro dos centros de pesquisa, academia e burocracia científica.

Visualizado como um processo inclusivo, a construção da agenda de pesquisa deve identificar a todos os interlocutores legítimos da comunidade científica, tecnológica, industrial, civil e organizada; fortalecer as instâncias de articulação e coordenação dos diferentes setores para o impulso de uma agenda comum; garantir a transparência nos processos de seleção de prioridades e na alocação de fundos. Para isso, devem ser elaborados indicadores comuns à região, que permitam a prestação de contas, o monitoramento e a avaliação de todo o processo no interior de cada país.

Formação de recursos humanos.

Longe de se conceitualizar como um processo independente, a formação de recursos humanos para a pesquisa deve estar em consonância com um plano nacional de capacitação que responda às necessidades específicas identificadas pelo mundo acadêmico, pelos ministérios e pela sociedade civil. O mapeamento de atores, capacidade instalada, recursos, projetos e produtos da pesquisa é um requisito que deverá ser enriquecido com a atualização dos resultados. A academia e os ministérios têm muito o que propor para fortalecer as capacidades locais, mas também é indispensável que envolvam a comunidade global neste trabalho a favor dos recursos humanos. A organização de redes de colaboração regionais para formar recursos humanos é um imperativo

na era global da comunicação. Há muitas experiências de sucesso na capacitação através de mecanismos e programas virtuais que podem ser aproveitados sem necessidade de financiar longas estadas e traslados dos estudantes ou docentes. Utilizar as plataformas virtuais para o fortalecimento da força de trabalho através de tutoriais e cursos à distância é mais factível do que nunca, e emergem como uma ferramenta de apoio muito inovadora numa época de recursos escassos.

É evidente que a cultura a favor da pesquisa deve ser formada desde a licenciatura e se fortalecer nos programas de pós-graduação. Os programas acadêmicos devem responder aos padrões de qualidade educativa, contar com docentes preparados e motivados para trabalhar num ambiente em busca da excelência em pesquisa e uma ética de trabalho. Os estudantes deverão receber uma formação integral com competências de pesquisa transversais e específicas para o campo de sua escolha. O currículo dos pesquisadores deverá incluir cursos de metodologia e gestão da pesquisa, bioética, técnicas comunicativas para traduzir resultados, elaboração de artigos científicos, busca de financiamentos, recursos para a pesquisa e elaboração de estudos. Seu trabalho deverá estar vinculado aos problemas prioritários de saúde de cada país, um país que garanta sua estabilidade e permanência na força laboral através de um salário digno compensando com alguns estímulos à produtividade e o desempenho acadêmico. É indispensável defender incentivos crescentes para a pesquisa.

Acesso aos recursos financeiros estáveis e crescentes

Um SNPS sem financiamento é demagogia e uma condenação a manter-se no subdesenvolvimento. Garantir fundos públicos para a pesquisa não é fácil, e conseguir que o investimento em pesquisa alcance os padrões internacionais é ainda mais difícil. As lições de distintos países que estão consolidando seus SNPS nos mostram que, para contar com financiamento, é indispensável institucionalizar o SNPS, contar com uma política em pesquisa, um marco legal e uma agenda de prioridades que lhes dê suporte.

As oportunidades para acessar novos financiamentos para a pesquisa estão crescendo pela relevância que hoje possui o investimento na saúde. Todos os países

devem contar com uma regulação de fundos que defina quando se aloca, a quem se aloca, como se aloca e o que se espera de tal financiamento. Um registro nacional de pesquisas constitui uma estratégia eficaz para combater a duplicidade e a dispersão de fundos, articulando todos os atores com os ministérios da saúde, ciência e tecnologia. A abordagem metodológica de estudos multicêntricos também otimiza o uso limitado de recursos financeiros e humanos, e promove a pesquisa dos problemas regionais. Outro recurso tático por parte dos governos seria fixar taxas ou impostos para as indústrias cujos produtos são nocivos à saúde (tabaco, carros, álcool, etc.) para dedicá-los à pesquisa em saúde. Sua aplicação ainda é controversa, pois nos fala da difícil conciliação entre os interesses de ambas as partes (saúde x risco; bem público x negócio). O certo é que as experiências locais mostram novas alternativas de interação e financiamento entre os setores público e privado, a colaboração norte-sul, sul-sul, e a cooperação internacional.

Intercâmbio e comunicação efetiva de resultados e produtos de pesquisa

O mundo da saúde é um dos setores mais dinâmicos e produtivos em termos de quantidade de conhecimento científico e rapidez de sua produção. A tradução do conhecimento para sua utilização por parte dos tomadores de decisão, dos responsáveis pela elaboração de políticas, dos encarregados dos programas de saúde e do público em geral se torna uma tarefa complexa, mas indispensável, e deve ser incorporada a um plano nacional de difusão de resultados de pesquisa. A comunicação de resultados deve utilizar várias vias e formatos, dependendo do público usuário, com finalidade de facilitar o acesso à informação. As janelas de oportunidade que surgem neste campo em particular podem dar uma relevância muito maior ao conhecimento e, com isso, garantir que a pesquisa persista como uma função essencial dentro dos programas de saúde. O uso da tecnologia de comunicação é um componente essencial e deve fazer parte das ferramentas mais utilizadas para dar a conhecer os benefícios diretos e indiretos da pesquisa em saúde.

Referências

1. *Latin America faces hurdles in health research*. Moloney A. The Lancet, Vol 374, Sept 26, 2009.
2. *Health research in developing countries*. Barreto M L. BMJ, 339:b4846, Nov 20, 2009. Disponível em http://www.bmj.com/cgi/content/extract/339/nov20_1/b4846
3. *Política de Pesquisa para a Saúde*. Organização Pan-Americana da Saúde (OPS/OMS) Documento CD49/10 e Resolução CD49:R10, 49º Conselho Diretivo, 61ª Sessão do Comitê Regional, Outubro 2009. Disponível em <http://www.paho.org/portalinvestigacion/politica>
4. *1ª Conferência Latino-Americana sobre Pesquisa e Inovação para a Saúde Informe da conferência*. 2008. Disponível em <http://www.cohred.org/Rio%20report>
5. *Are international health research programmes doing enough to develop research systems and skills in low and middle income countries?* COHRED statement 2007. Disponível em <http://www.cohred.org/COHRED%20statement%202007>
6. *1ª Conferência Latino-Americana sobre Pesquisa e Inovação para a Saúde Documentos de países*. 2008. Disponível em http://www.cohred.org/background_papers
7. *Análise do desenvolvimento dos Sistemas Nacionais de Pesquisa em Saúde na região: uma revisão de 14 países*. Revista Panamericana de Salud Pública, 26 (5). 2009. Disponível em http://www.scielosp.org/scielo.php?pid=S1020-49892009001100010&script=sci_arttext&tlng=en

ANEXO 1

Programa da reunião

DIA 1: Domingo, 15 de novembro 2009, 13:00 – 18:30

LUGAR: Hotel Meliá Habana

13:00 – 14:00	Inscrição	
Hora	Sessão 1: Conferência plenária de abertura Coordenadores: Niviola Cabrera Cruz, Reinaldo Guimarães	Oradores
14:00 – 14:30	Discurso de Boas-Vindas	Carel IJsselmuiden, COHRED Luis Gabriel Cuervo, OPS Stephen Matlin, GFHR Niviola Cabrera Cruz, MINSAP, Cuba
14:30 – 14:45	Objetivos e processos da reunião	Sylvia de Haan, COHRED
14:45 – 15:00	A Conferência do Rio: Processos e resultados	Francisco Becerra, COHRED
15:00 – 15:20	Análise do desenvolvimento dos Sistemas Nacionais de Pesquisa em Saúde na região (com base em informação de 14 países)	Jackeline Alger, Instituto Antonio Vidal, Hospital Universitário, Tegucigalpa, Honduras
15:20 – 15:30	Discussão	Todos os presentes
15:30 – 16:00	Café	

Hora	Sessão 2: Avanços nos SNPS da região Coordenador: Charles Gardner	Oradores
16:00 – 16:15	Relatório da pesquisa eletrônica: Desenvolvimentos desde o Rio	Gabriela Montorzi, COHRED
16:15 – 16:30	Estudo de caso: Costa Rica	Luis Tacsan, Ministério da Saúde, Costa Rica
16:30 – 16:45	Estudo de caso: Paraguai	Maria Stella Cabral de Bejarano, Ministério da Saúde, Paraguai
16:45 – 17:00	Progresso desde o Rio: Desenvolvimento de políticas regionais e globais	Luis Gabriel Cuervo, OPS
17:00 – 17:30	Discussão	Todos os presentes

Hora	Sessão 3: Sessão aberta	
17:30 – 18:30	Stand para compartilhar e disseminar informação	Aperitivo
20:00 – 23:00	Jantar	

DIA 2: Segunda, 16 de novembro 2009, 8:30 – 15:00

LUGAR: Hotel Meliá Habana

Hora	Sessão 4: Desafios para o avanço no desenvolvimento de SNPS a nível de país e de região – discussões em grupo Coordenador: Mario Paredes	Oradores
8:30 – 8:45	Mensagens-chave do dia 1, introdução ao dia 2	Luis Gabriel Cuervo, OPS
8:45 – 9:00	Health Research Web	David Abreu, COHRED
9:00 – 9:15	Estudo de caso: Brasil	Moisés Goldbaum, Universidade de São Paulo, Brasil
9:15 – 9:45	Introdução ao “World café” Explicação da dinâmica Apresentação de mesas e temas de discussão Designação de grupos	Gabriela Montorzi, COHRED
9:45 – 10:00	Café	
10:00 – 12:00	World café	Todos os presentes
12:00 – 13:00	Almoço	
13:00 – 14:00	Relatório sobre as discussões do World Café	Todos os moderadores

Hora	Sessão 5: Conclusões da reunião Coordenador: Luis Gabriel Cuervo	
14:00 – 14:40	Resumo de temas-chave e proposição de seguimento	
14:40 – 15:00	Palavras finais	

ANEXO 2

Lista de participantes

Sobrenome	Nome	Organização	País	E-mail
Abreu	David	COHRED	Suíça	abreu@cohred.org
Alger	Jackeline	Instituto Antonio Vidal. Hospital Escuela	Honduras	jackelinealger@yahoo.es
Alvarez	Miguel	Instituto de Neurología. Universidad de La Habana	Cuba	malv@infomed.sld.cu
Alvarez Corredera	Mayra	MINSAP	Cuba	farmacol@infomed.sld.cu
Angulo-Tuesta	Antonia	Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. Ciência, Tecnologia e Inovação	Brasil	antoniatt@uol.com.br
Arteaga García	Amaylid	MINSAP	Cuba	amaylidarteaga@infomed.sld.cu
Becerra-Posada	Francisco	COHRED	México	becerra@cohred.org
Berger	Martine	COHRED	Suíça	berger@cohred.org
Bonet Gorbea	Mariano	Instituto Nacional de Higiene, Epidemiología y Microbiología	Cuba	mbonet@inhem.sld.cu
Cabral de Bejarano	Maria Stella	Ministerio de Salud Pública y Bienestar Social	Paraguai	mscabralbejarano@yahoo.es
Cabrera Cruz	Niviola J.	Ministério da Saúde	Cuba	ncc@infomed.sld.cu
Cano	Rodolfo	Secretaria de Saúde Comisión Coordinadora de Institutos Nacionales de Salud y Hospitales de Alta Especialidad	México	rodolfo.cano@salud.gob.mx
Cuervo	Luis Gabriel	OPS/OMS	Estados Unidos	cuervolu@paho.org
de Haan	Sylvia	COHRED	Suíça	dehaan@cohred.org
de León Méndez	Malvina	Unidad de Investigacion en Salud, Ministerio de Salud Pública y Asistencia Social	Guatemala	malvinadeleon@yahoo.es

Sobrenome	Nome	Organização	País	E-mail
Devlin	Michael	COHRED	Suíça	devlin@cohred.org
Díaz Díaz	Oscar	Instituto de Endocrinología	Cuba	diazdiaz@infomed.sld.cu
Flores	Walter	Centro de Estudios para la Equidad y Gobernanza en los Sistemas de Salud	Guatemala	wflores@cegss.org.gt
Galbán García	Enrique	Instituto de Gastroenterología, MINSAP	Cuba	galban@infomed.sld.cu
Gardner	Chad	Global Forum for Health Research	Suíça	charles.gardner@globalforumhealth.org
Goldbaum	Moises	Faculdade de Medicina. Universidade de São Paulo	Brasil	mgoldbau@usp.br
Gómez-Dantes	Héctor	Instituto Nacional de Saúde Pública	México	hgdantes@hotmail.com
Gonzalez Block	Miguel A.	Instituto Nacional de Saúde Pública	México	mgonzalezblock@correo.insp.mx
Gonzalez-Quevedo	Alina	Instituto de Neurología y Neurocirugía, MINSAP	Cuba	aglez@infomed.sld.cu
Guimarães	Reinaldo	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumo Estratégicos. Ministério de Saúde	Brasil	reinaldo.guimaraes@saude.gov.br
Hadad	Jorge Luis	OPS	Cuba	hadadjor@cub.ops-oms.org
Hermida	Cesar	Director Nacional de Ciencia y Tecnología, Ministerio de Salud	Ecuador	chermida@msp.gov.ec
IJsselmuiden	Carel	COHRED	Suíça	carel@cohred.org
Insua	Ivan	Ministério de Saúde	Argentina	diinsua@gmail.com
Jimenez	Michelle	Wellcome Trust	Reino Unido	M.Jimenez@wellcome.ac.uk
Landrove	Orlando	MINSAP-Dirección Nacional de Epidemiología	Cuba	landrove@infomed.sld.cu
Lanza Van den Berghe	Oscar	AIS Bolivia - Universidad San Andrés La Paz	Bolivia	aisbol@entelnet.bo

Sobrenome	Nome	Organização	País	E-mail
Lemmens	Trudo	University of Toronto	Canadá	trudo.lemmens@utoronto.ca
Lloyd	Elizabeth	Caribbean Health Research Council	Trinidad e Tobago	lizlloyd@yahoo.com
Lopez	Ramiro	Proceso de C&T, Ministerio de Salud Pública	Ecuador	ramirolopezp@gmail.com
Maceira	Daniel	Centro de Estudios de Estado y Sociedad (CEDES)	Argentina	danielmaceira@cedes.org
Magana Valladares	Laura	Instituto Nacional de Salud Pública	México	lmagana@insp.mx
Martínez Torres	Eric	Instituto Pedro Kouri de Medicina Tropical	Cuba	eric.martinez@infomed.sld.cu
Matlin	Stephen	Global Forum for Health Research	Suíça	stephen.matlin@globalforumhealth.org
Medina	Ernesto	Universidad americana, Managua CAIS (PAHO)	Nicarágua	ernestomedi@gmail.com
Meurs	Mariska	Wemos	Países Baixos	mariska.meurs@wemos.nl
Montalvo Mendoza	Edgar	Universidad de Guayaquil	Ecuador	dre_montalvo@yahoo.es
Montorzi	Gabriela	COHRED	Suíça	montorzi@cohred.org
Motta	Jorge	Instituto Conmemorativo Gorgas	Panamá	drjmotta@gmail.com
O'Donnell	Carolina	Ministério da Saúde	Argentina	odonnell.carolina@gmail.com
Olifson	Sylvie	Global Forum for Health Research	Suíça	sylvie.olifson@globalforumhealth.org
Ortiz	Zulma	Academia Nacional de Medicina, FISA	Argentina	zulma.ortiz@gmail.com
Otero Iglesias	Jacinta	MINSAP	Cuba	teobaldo.marino@infomed.sld.cu
Palmans	Osvaldo Fabian	Ministério da Saúde. Dirección de Investigación, Ciencia y Técnica. Gobierno de Mendoza.	Argentina	fpalmans@mendoza.gov.ar
Paredes Suárez	Mario	Red Pan-amazonica de Ciencia, Tecnologia e Innovacion	Ecuador	mparedessuarez@gmail.com

Sobrenome	Nome	Organização	País	E-mail
Rojo Perez	Nereida	ENSAP-MINSAP	Cuba	nereida@ensap.sld.cu
Ronderos	Margarita	Departamento Administrativo Nacional de Ciencia y Tecnología. COLCIENCIAS	Colômbia	mmrnderos@colciencias.gov.co
Ruiz Bravo	Norka	OPS/OMS	Estados Unidos	ruiznork@paho.org
Salgado de Snyder	Nelly	Instituto Nacional de Saúde Pública	México	nsnyder@insp.mx
Sancho Jimenez	Ana Eduviges	Ministério da Saúde	Costa Rica	esancho@netsalud.sa.cr
Santana Perez	Felipe	Instituto de Endocrinología	Cuba	fsantana@inend.sld.cu
Santos Pena	Moisés A.	Hospital Universitario Gustavo Aldereguia Lima. Cienfuegos, MINSAP	Cuba	moises@gal.sld.cu
Simeon	Donald	Caribbean Health Research Council	Trinidad e Tobago	dtsimeon@hotmail.com
Sosa Rosales	Maritza de la Caridad	Dirección Nacional de Estomatología del Ministerio de Salud Pública	Cuba	msrosale@infomed.sld.cu
Sottile	Silvia Viviana	Ministério da Saúde. Dirección de Investigación, Ciencia y Técnica. Gobierno de Mendoza.	Argentina	svsottile@mendoza.gov.ar
Tacsan Chen	Luis	Ministério da Saúde	Costa Rica	ltacsan@gmail.com
Toledo Fernández	Ana Margarita	MINSAP	Cuba	amtoledo@infomed.sld.cu
Tristán López	Mario	IHC AI Foundation. Cochrane Central America	Costa Rica	mtristan@ihcai.org
Valdés	América	OPS	Estados Unidos	valdesam@paho.org
Williams	Hank	Ministério da Saúde	Jamaica	WilliamsH@moh.gov.jm

